



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

O futuro nos une.

**MANUAL DE BOAS PRÁTICAS
EM RESGATE, ACOLHIMENTO
E CUIDADOS DE ANIMAIS EM
SITUAÇÕES EMERGENCIAIS**

2025

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS EM RESGATE, ACOLHIMENTO E CUIDADOS DOS ANIMAIS EM ABRIGAMENTOS EMERGENCIAIS

EDITORAÇÃO

Coordenação: Rita de Cassia Maria Garcia, Rosangela Ribeiro Gebara, Ceres Faraco, André Prazeres

Redação: Rita de Cassia Maria Garcia, Rosangela Ribeiro Gebara, Lucas Galdioli, Ceres Faraco

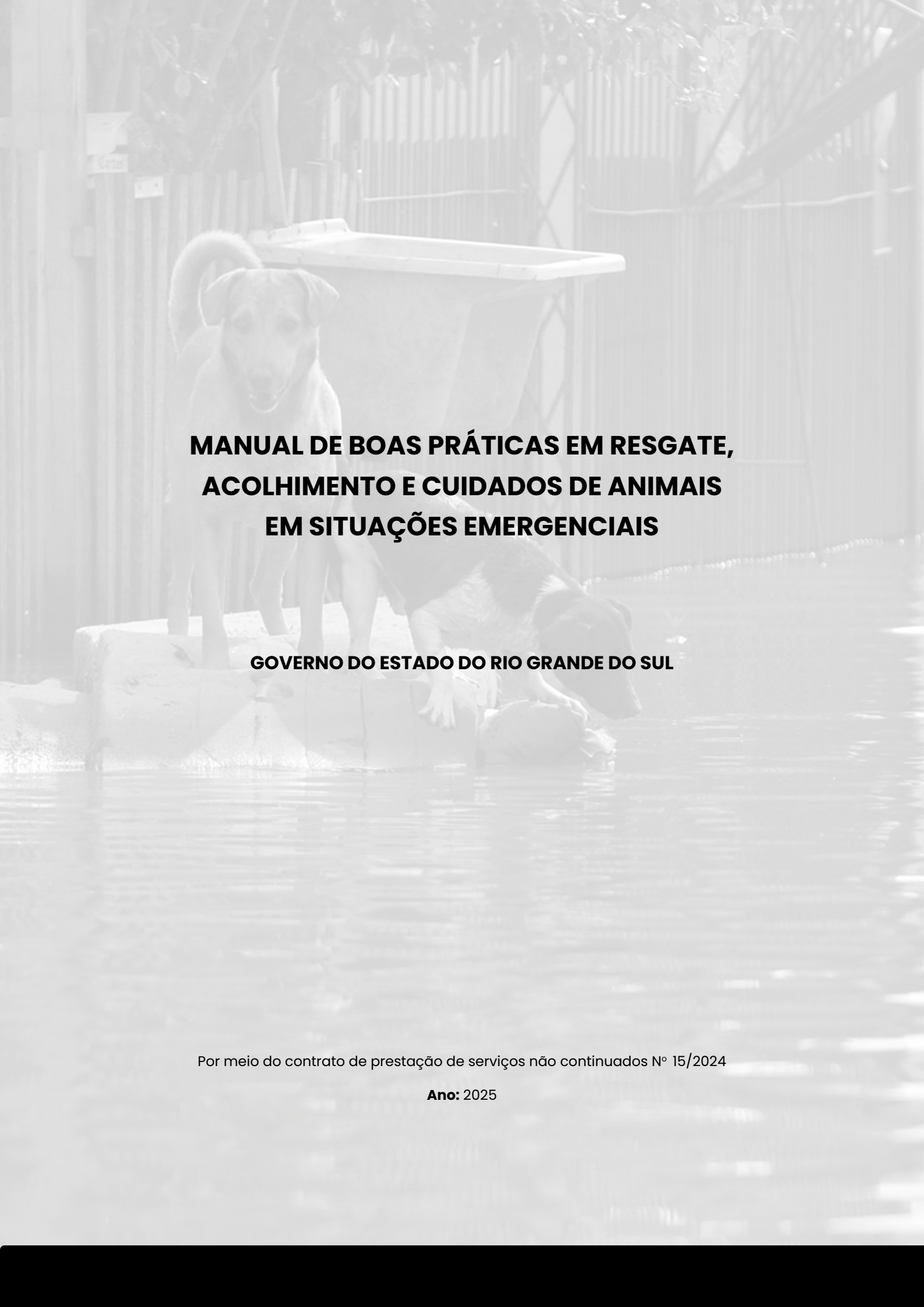
Colaboradores: Laiza Bonela, Brunna Gabriela Gonçalves de Oliveira Ferreira, Vítor Gonçalves Teixeira, Thyemi Caroline Cheng, Roberta Carareto, Fabiana Cristina Kretzer

Projeto gráfico e diagramação: Daniele Paiva

© 2025 Governo do Estado do Rio Grande do Sul

1ª edição. Ano 2025

Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é dos autores.



**MANUAL DE BOAS PRÁTICAS EM RESGATE,
ACOLHIMENTO E CUIDADOS DE ANIMAIS
EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Por meio do contrato de prestação de serviços não continuados Nº 15/2024

Ano: 2025

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO > 8

1.1 OBJETIVOS	11
1.2 PÚBLICO-ALVO	12

2. MANEJO DE CÃES E GATOS EM DESASTRES > 13

2.1 PREVENÇÃO.....	15
2.2 MITIGAÇÃO.....	16
2.3 PREPARAÇÃO.....	16
2.4 RESPOSTA.....	17
2.5 RECUPERAÇÃO	17
2.6 SISTEMAS DE ALERTA PRECOCE COM INCLUSÃO DE MENSAGENS SOBRE ANIMAIS.....	19
2.7. EVACUAÇÃO PRECOCE DE ANIMAIS	20
2.8 TREINAMENTOS E SIMULAÇÕES PARA EVACUAÇÕES COM ANIMAIS.....	22
2.9 PREPARAÇÃO PARA OPERAÇÕES DE BUSCA E SALVAMENTO	23
2.10 ZONAS DE SEGURANÇA EM DESASTRES COM ANIMAIS	24
2.11 BIOSSEGURANÇA	25
2.12 BUSCA ATIVA DE ANIMAIS EM DESASTRES.....	26
2.13 CRITÉRIOS DE ESCOLHA NA HORA DA BUSCA E RESGATE	30
2.14 ETAPAS DO PLANO DE AÇÃO.....	31
2.15 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO XV-CODE PARA OPERAÇÕES DE BUSCA E SALVAMENTO	33
2.16 CUIDADOS NA APROXIMAÇÃO.....	36
2.17 TRANSPORTE DE CÃES E GATOS APÓS O RESGATE.....	37
2.18 TRIAGEM EM RESGATES	39
2.19 POSTO MÉDICO-VETERINÁRIO AVANÇADO (PMVA).....	40
2.20 GERENCIAMENTO DE VOLUNTÁRIOS QUE ATUAM NA BUSCA E RESGATE DE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE DESASTRES.....	43
2.21 CUIDADOS COM O CUIDADOR/RESGATISTA	45

3. ABRIGAMENTO EMERGENCIAL DE ANIMAIS > 46

3.1 ABRIGOS EMERGENCIAIS (ABEMS).....	47
3.2 ESTRATÉGIAS COMPLEMENTARES AO ABRIGAMENTO.....	49
3.3 PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ABEMS.....	49
3.4. GESTÃO DAS EQUIPES E OPERAÇÃO DOS ABEMS.....	51
3.5 PLANEJAMENTO DE EMERGÊNCIAS E AVALIAÇÃO DE RISCO	51
3.6 ASPECTOS ESTRATÉGICOS PARA A PREPARAÇÃO	52
3.7 O PAPEL DO MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS (MPCG).....	52
3.8 BASE LEGAL E PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO.....	53
3.9 PROTOCOLO DE RESGATE SELETIVO DE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE DESASTRES	54
3.10 ELEMENTOS ORGANIZACIONAIS PARA A GESTÃO DOS ABRIGOS	56
3.11 TIPOS DE ABRIGAMENTO EMERGENCIAL.....	60
3.12 ESTRUTURA FÍSICA E OPERACIONAL.....	62
3.13 PROTOCOLOS NECESSÁRIOS.....	65
3.14 ALOJAMENTOS DE ANIMAIS (RECINTOS, BAIAS, ZONAS DE QUARENTENA).....	66
3.15 ACOLHIMENTO E FLUXO DE CÃES E GATOS EM ABRIGOS EMERGENCIAIS.....	67
3.15.1 ACOLHIMENTO E FLUXO DE CÃES NO ABRIGO (TRIAGEM CLÍNICA)	68
3.15.2 ACOLHIMENTO E FLUXO DE GATOS NO ABRIGO (TRIAGEM CLÍNICA).....	68
3.15.3 FLUXO DE CÃES E GATOS EM ABRIGOS EMERGENCIAIS	69
3.16 RONDAS E MONITORAMENTOS.....	70
3.17 SAÚDE, BEM-ESTAR, RECUPERAÇÃO, REABILITAÇÃO, RESSOCIALIZAÇÃO E REINTRODUÇÃO DOS ANIMAIS ABRIGADOS.....	75
3.17.1 SAÚDE E BEM-ESTAR.....	76
3.17.2 MANEJO REPRODUTIVO	77
3.17.3 PROMOÇÃO DA ADOÇÃO E REENCONTRO COM TUTORES.....	77
3.18 CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS E ORGANIZAÇÃO DOS FLUXOS	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	84

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ETAPAS DO CICLO DE GERENCIAMENTO DE DESASTRES.....	14
FIGURA 2 - ADESIVO PARA MORADIAS EM ÁREAS DE RISCO.....	15
FIGURA 3 - MARCO DA GESTÃO DE RISCO EM DESASTRES.....	18
FIGURA 4 - MENSAGENS DE ALERTA (WHATSAPP) - ALERTAS PLANOS DE EMERGÊNCIA QUE INCLUAM OS ANIMAIS.....	19
FIGURA 5 - REGRAS BÁSICAS - ORIENTAÇÕES ESSENCIAIS	19
FIGURA 6 - CÃES DEIXADOS PRESOS DENTRO DE CANIS, CAROLINA DO NORTE EUA, 2018....	20
FIGURA 7 - ZONAS DE SEGURANÇA DE TRABALHO EM DESASTRES.....	24
FIGURA 8 - IDENTIFICAÇÃO DE PEQUENOS MAMÍFEROS COM USO DE TECNOLOGIA TERMAL POR UM DRONE EM ÁREA DE MATA.....	27
FIGURA 9 - CRITÉRIOS DE ESCOLHA NA HORA DA BUSCA E RESGATE DE CÃES E GATOS NA RESPOSTA AO DESASTRE, SEGUNDO A ORDEM DE PRIORIDADE.....	30
FIGURA 10 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS ANIMAIS RESGATADOS, ADMITIDOS NOS ABRIGOS, COM CINCO POSIÇÕES E INFORMAÇÕES SOBRE O ANIMAL.....	32
FIGURA 11 - EXEMPLO DO USO DO CÓDIGO XV PELA EQUIPE DO GRABH... ..	33
FIGURA 12 - CÓDIGO X APLICADO EM FRENTE A UMA CASA, PÓS FURACÃO KATRINA EM 2005.....	33
FIGURA 13 - EQUIPE ASAR TRANSPORTANDO UM CÃO, APÓS RESGATE, DENTRO DE CAIXA DE TRANSPORTE.....	37
FIGURA 14 - MEDIÇÃO CÃO PARA ESCOLHER TAMANHO CAIXA DE TRANSPORTE.	38
FIGURA 15 - PROTOCOLO VACINAL RECOMENDADO PELO CFMV PARA VOLUNTÁRIOS E PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM DESASTRES.....	43
FIGURA 16 - FLUXO DE INGRESSO DE ANIMAIS NO ABRIGO DE ACORDO COM A PRESENÇA OU AUSÊNCIA DE SINAIS DE DOENÇAS INFECCIOSAS.....	69

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) NECESSÁRIOS PARA ATUAÇÃO EM OPERAÇÕES DE RESPOSTA EM DESASTRES.....	29
QUADRO 2 - ETAPAS PARA UMA ABORDAGEM SEGURA DURANTE O RESGATE.....	36
QUADRO 3 - MEDIÇÃO DO CÃO PARA ESCOLHER O TAMANHO DA CAIXA DE TRANSPORTE.....	38
QUADRO 4 - CATEGORIA DE ENQUADRAMENTO DO ANIMAL SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO RÁPIDA DOS PACIENTES COM BASE EM CRITÉRIOS FISIOLÓGICOS.....	39
QUADRO 5 - MARCAÇÕES SEGUNDO A PRIORIDADE, CONDIÇÃO DO ANIMAL E TIPO DE RESPOSTA	40
QUADRO 6 - EQUIPAMENTOS PARA DIAGNÓSTICO RECOMENDADOS PARA UM POSTO MÉDICO- VETERINÁRIO AVANÇADO (PMVA)	41
QUADRO 7 - PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA RESGATE INTEGRADO E SELETIVO DE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RESGATES (PRISMA).....	55
QUADRO 8 - TIPOS DE ABEM SEGUNDO O TEMPO ESTIMADO DE ACOLHIMENTO, FINALIDADE E ACEITABILIDADE DOS MÉTODOS DE CONTENÇÃO DOS ANIMAIS.....	61
QUADRO 9 - SITUAÇÃO DO ANIMAL SEGUNDO O TIPO DE ABRIGAMENTO.....	62
QUADRO 10 - PROPOSTA DE TAMANHO DE BAIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS PARA CÃES SEGUNDO O TIPO DE ABRIGO.....	67
QUADRO 11 - PROPOSTA DE TAMANHO DE BAIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS PARA GATOS SEGUNDO O TIPO DE ABRIGO.....	67
QUADRO 12 - ÁREAS DE RISCO NO ABRIGO.....	78
QUADRO 13 - RELAÇÃO DE EQUIPES TRANSVERSAIS, COMUNS A TODOS OS MODELOS.....	82
QUADRO 14 - O TIPO DE ABRIGO SEGUNDO RESPONSABILIDADES DO TUTOR, EXISTÊNCIA DE VETERINÁRIO FIXO, TIPO DE BIOSSEGURANÇA E NÍVEL DE PESSOAL TÉCNICO.....	83

1

INTRODUÇÃO





Desastres — sejam naturais, antrópicos ou mistos — causam efeitos devastadores tanto em pessoas quanto em animais. A preocupação com o bem-estar animal em situações de calamidade ganhou destaque ao longo das últimas duas décadas. Diversos governos ao redor do mundo já reconhecem que os animais são parte integrante das famílias multiespécie, incluindo-os em planos oficiais de evacuação e resgate, tornando as ações de resposta mais eficazes e humanas. Estratégias como a evacuação precoce só têm pleno êxito quando possibilitam que famílias levem seus animais consigo.

No Brasil, a atenção aos animais em desastres intensificou-se a partir de eventos trágicos como as enchentes de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro, os rompimentos das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), além das inundações recentes no Acre e no Rio Grande do Sul (2024). Apesar do país estar construindo o **Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC)**, ainda há desafios para a inclusão sistemática dos animais — sejam silvestres, de produção ou de companhia — nas estratégias de prevenção, resposta e recuperação. Em muitos desses episódios, animais morrem ou se perdem e, frequentemente, não estão contemplados nos planos de salvamento e cuidados emergenciais.

Cães e gatos desempenham papel central nos lares brasileiros: aproximadamente 46% das residências possuem ao menos um cão, enquanto 19% têm pelo menos um gato; estima-se que existam mais de 54,2 milhões de cães domiciliados e 23 milhões de gatos. O vínculo humano-animal se traduz em dependência mútua. Os animais necessitam de humanos para alimentação, água, abrigo e carinho — exigências básicas inclusive em situações emergenciais. Por outro lado,

os tutores encontram nesses animais companhia, afeto, apoio emocional e até mesmo benefícios comprovados à saúde física e mental, destacando-se a redução do estresse, melhora do humor, ampliação da sociabilidade e aumento da longevidade. Em todas as fases da vida, esse laço é fonte de segurança e conforto, sobretudo para crianças.

A perda ou ruptura desse vínculo em emergências pode ter consequências sérias para o comportamento das pessoas, impactando a segurança coletiva. Muitos tutores se recusam a deixar suas residências se não puderem levar seus animais ou acabam se expondo a riscos ao tentar resgatá-los em áreas inseguras.

Nesse contexto, a **Medicina Veterinária de Desastres** assume protagonismo, sendo essencial para preservar a vida animal e humana e para promover comunidades mais resilientes. Proteger os animais em situações de desastre é mais do que uma questão ética ou ambiental: trata-se de saúde pública e de responsabilidade coletiva.

Este manual constitui material orientador de boas práticas, com caráter técnico e educativo, não se configurando como norma legal ou instrumento de obrigação direta. Sua aplicação deverá considerar a legislação vigente, as condições orçamentárias e operacionais de cada ente federativo, respeitando a divisão de competências entre União, Estado e Municípios.

1.1 Objetivos

Este manual tem como objetivos:



Orientar sobre estratégias eficientes para a inclusão de animais nos planos de prevenção e redução de danos em desastres;



Indicar boas práticas para as ações de busca, resgate e manejo de animais durante situações de emergência;



Fornecer orientações para a estruturação, ativação e gestão eficaz de abrigos emergenciais para animais;



Apresentar diretrizes práticas e operacionais que facilitem a execução rápida e segura das ações;



Contribuir para a proteção do bem-estar animal, para a saúde pública e para a integração de diferentes setores no contexto de desastres.



1.2 Público-alvo

Este manual é destinado a gestores governamentais, profissionais e instituições envolvidos no manejo de animais em situações de desastre, em todas as etapas de preparação, resposta e recuperação, especialmente nas áreas de:

- Proteção e bem-estar animal & medicina veterinária social;
- Saúde pública e meio ambiente;
- Defesa civil;
- Gestão de riscos;
- Organizações da sociedade civil (ONGs, protetores independentes);
- Serviços veterinários públicos e privados;
- Veterinários e estudantes de medicina veterinária;
- Voluntários.

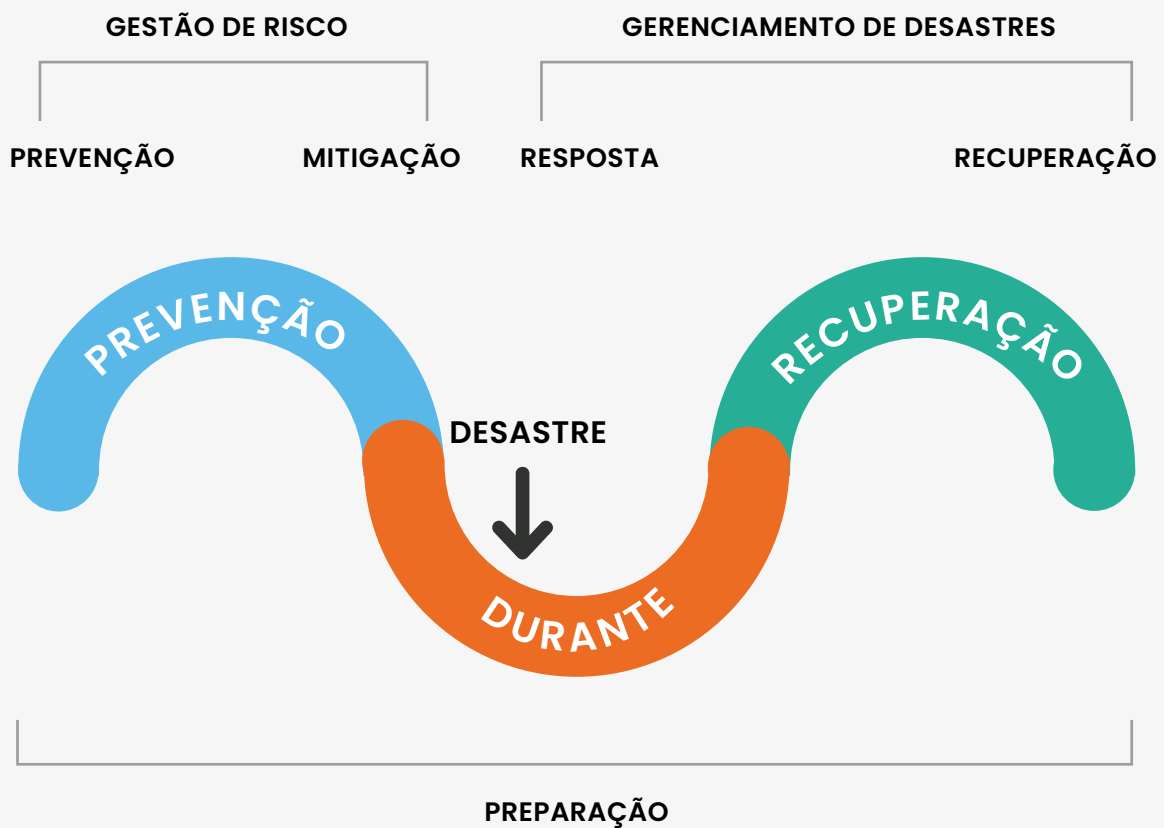
2

MANEJO DE CÃES E GATOS EM DESASTRES



O manejo de animais em desastres deve ser planejado de forma integrada e contínua pelos municípios, não se limitando apenas à fase de resposta. Todas as equipes envolvidas no gerenciamento de desastres e no manejo de populações animais precisam compreender e atuar em cada uma das etapas do **ciclo de gerenciamento de desastres** (Figura 1):

Figura 1: Etapas do Ciclo de Gerenciamento de Desastres



2.1 Prevenção

Recomenda-se que os municípios invistam em **ações preventivas** para minimizar os danos causados por desastres, por meio das seguintes estratégias:

- Implantação de políticas públicas estaduais e municipais de manejo populacional de cães e gatos, abrangendo o controle reprodutivo, o fortalecimento da guarda responsável e o controle sanitário desses animais.
- Mapeamento de todas as áreas/locais com grande concentração de cães e gatos – como canis, gatis, abrigos, Unidades de Vigilância em Zoonoses (UVZs), locais de acumuladores, criadores comerciais, entre outros.
- Realização de estimativas populacionais de cães e gatos, com ênfase nos animais que vivem em áreas de risco.
- Paralelamente ao levantamento populacional, promover o cadastro (registro e identificação) de todos os animais, especialmente daqueles residentes em áreas de risco, utilizando ficha padronizada com informações georeferenciadas, fotografias e inserção de microchips.
- Colocação de adesivos nas portas das residências localizadas em áreas de risco, contendo informações sobre o número de animais no domicílio (Figura 2).
- Promoção de **programas e campanhas de castração para cães e gatos que vivem em áreas de risco**, por meio de esterilização cirúrgica.
- Realização do controle sanitário em cães e gatos dessas áreas, com aplicação anual de vacina antirrábica, vacinas espécie-específicas (V8 ou V10 para cães, tríplice felina para gatos) e desverminação.
- Desenvolvimento de projetos educativos com crianças e adolescentes sobre a importância de salvar os animais em situações de emergência, por meio dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs) ou em parceria com a Secretaria de Educação.
- Realização periódica (a cada 6 meses ou 1 ano) de exercícios, treinamentos e simulações focados em medidas de proteção, como a evacuação precoce, incluindo os animais.

Figura 2 - Exemplo de adesivo para ser colocado nas moradias em áreas de risco, indicando o número de animais por espécie.

EM CASO DE EMERGÊNCIA

POR FAVOR SALVE NOSSOS

PETS

NÚMERO DE PETS EM CASA

CONTATO DE EMERGÊNCIA

É importante ressaltar que, em todas as ações descritas acima, a prioridade deve ser dada aos animais que vivem em áreas de risco.

2.2 Mitigação

A Defesa Civil e os órgãos relacionados ao manejo de animais em desastres devem buscar reduzir ao máximo os impactos dos desastres, protegendo vidas humanas, animais e o meio ambiente, além de diminuir danos sociais e econômicos, por meio das seguintes ações:



Monitoramento constante dos eventos naturais;



Emissão de alertas precoces;



Promoção da evacuação segura das pessoas e de seus animais.

2.3 Preparação

Recomenda-se que os municípios adotem medidas preparatórias em todas as fases do gerenciamento de desastres, dando preferência àquelas que antecedem os eventos, como identificar o número e as características dos animais das comunidades vulneráveis, conhecer as possíveis ameaças e atuar diretamente nas vulnerabilidades detectadas.

Para tanto, as ações recomendadas incluem:

- Treinamentos operacionais de todas as equipes que atuam no gerenciamento de desastres, otimizando a inclusão dos animais em todas as estratégias de redução de risco e na resposta emergencial;
- Mapeamento de áreas para a construção de abrigos emergenciais imediatos para pessoas e seus animais;
- Mapeamento de áreas para a construção de abrigos emergenciais a médio e longo prazo para pessoas e seus animais;
- Mapeamento de áreas para a construção de abrigos emergenciais destinados a animais sem tutor;
- Cadastro de voluntários para atuarem na resposta, gestão de abrigos animais e recuperação;
- Treinamento de colaboradores e voluntários que atuarão no manejo de animais em todas as fases do desastre;
- Organização de convênios e parcerias estratégicas com faculdades de medicina veterinária locais para atuação voluntária em caso de desastres;
- Identificação e estabelecimento prévio de convênios com clínicas e hospitais veterinários regionais para o atendimento emergencial de animais durante situações de emergência;
- Identificação e estabelecimento prévio de convênios com hotéis e creches para cães e gatos para o abrigamento emergencial de animais;
- Implantação de sistemas de alerta precoce incluindo mensagens específicas sobre os animais;
- Organização de simulações envolvendo famílias e seus animais, visando treiná-las para evacuações emergenciais.

2.4 Resposta

Os municípios devem estar preparados para incluir os animais em suas ações de resposta a desastres. Para isso, é fundamental o desenvolvimento de planos de resposta que prevejam a estruturação de equipes capacitadas para o manejo de animais e o fornecimento dos insumos e equipamentos necessários para as seguintes ações:



Busca e salvamento de animais;



Assistência aos animais afetados;



Triagem;



Encaminhamento dos animais aos abrigos emergenciais para assistência e recuperação.



Atendimento emergencial;

2.5 Recuperação

Os municípios devem se preparar para a fase final da gestão de riscos de desastres (**Figura 3**), visando restaurar as condições normais de vida das famílias e de seus animais, bem como reconstruir as infraestruturas relacionadas ao abrigamento de cães, gatos, animais de vida livre e comunitários.

É fundamental investir em ações específicas direcionadas aos animais, tais como:

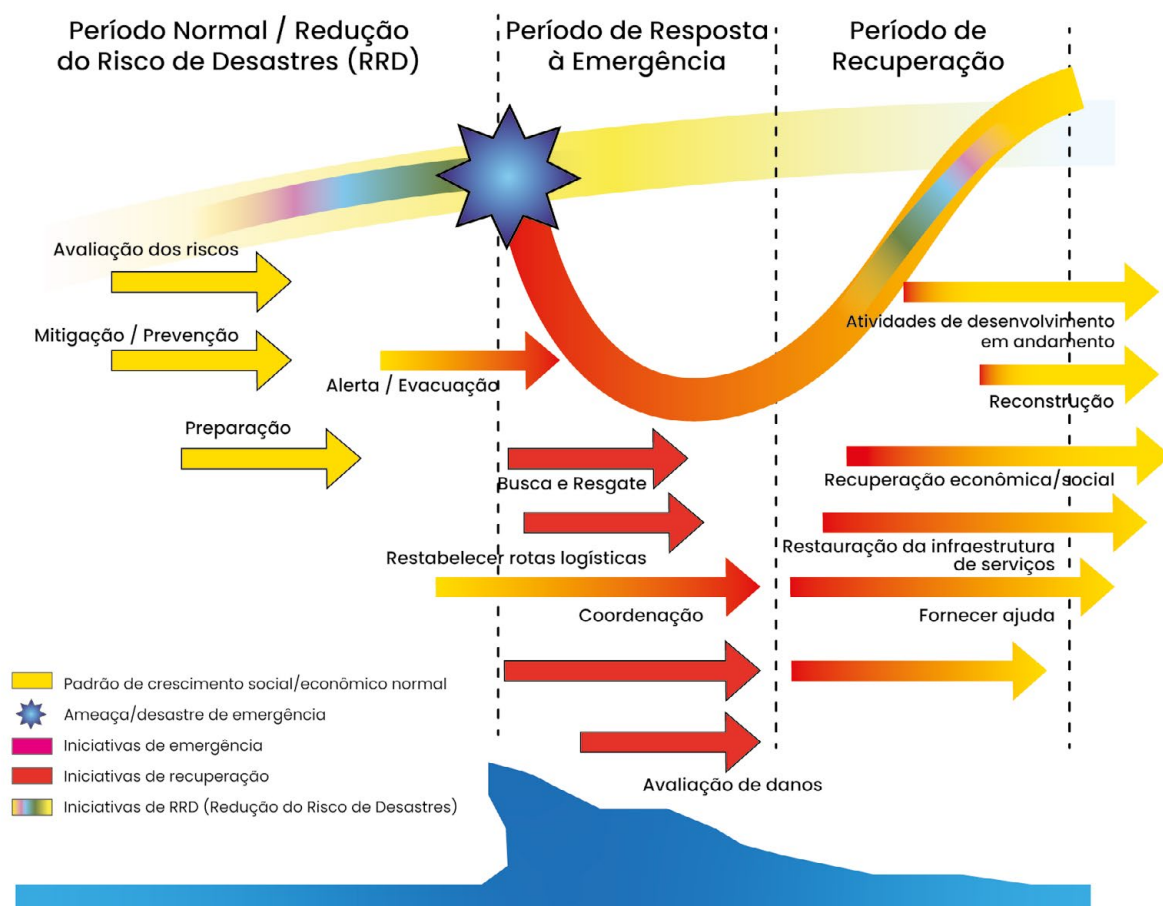
- Recuperação física e psicológica;
- Ressocialização e modulação comportamental;
- Promoção do reencontro dos animais com seus tutores ou adoção responsável;
- Recuperação das relações entre animais comunitários e a comunidade.

Todos os órgãos municipais envolvidos no manejo de desastres e de cães e gatos devem compreender que as ações devem ocorrer em todas as etapas do ciclo de gerenciamento de desastres:

- **Antes do desastre:** com ações de prevenção, mitigação e preparação;
- **Durante o desastre:** com ações de resposta;
- **Após o desastre:** com ações de reconstrução e recuperação.

Todas essas fases exigem o fortalecimento das capacidades locais, com a integração dos esforços da sociedade, do poder público e de profissionais especializados, para garantir uma gestão humanitária, eficaz e sustentável dos animais em contextos de desastre.

Figura 3 – Marco da gestão de risco em desastres.



Fonte: Adaptado de Aluja, 2017

2.6 Sistemas de alerta precoce com inclusão de mensagens sobre animais

Os **sistemas de alertas e notificações** em desastres são ferramentas essenciais para a preparação e redução de riscos em comunidades situadas em áreas vulneráveis ou sujeitas a eventos extremos.

Esses sistemas podem abranger componentes como avisos acústicos (**sirenes alocadas em locais estratégicos**) associados ao envio de mensagens por SMS, WhatsApp, televisão, rádio, entre outros meios de comunicação (**Figura 4**).

Desde agosto de 2024, o **Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad)** disponibiliza o sistema "Defesa Civil Alerta". Estados e municípios podem — e devem — desenvolver e customizar seus próprios sistemas de alerta, incluindo mensagens-chave e orientações específicas sobre o cuidado e a evacuação conjunta de pessoas e seus animais.

É fundamental que as famílias, especialmente aquelas residentes em áreas de risco, sejam previamente sensibilizadas e treinadas para compreenderem os riscos que afetam tanto seus membros quanto seus animais de estimação. E devem ser orientadas sobre como proceder antes e durante a ocorrência de um evento meteorológico severo.

As mensagens de alerta devem conter informações essenciais sobre **os tipos de alerta existentes** e as **atitudes adequadas** para cada situação, abrangendo todos os integrantes da família, incluindo os animais.

⚠ Defesa Civil Alerta

Seus animais também devem ser incluídos em um plano de emergência, não os esqueça, eles dependem exclusivamente de você!"

Se precisar evacuar, LEVE seus animais consigo, se não conseguir levá-los deixe-os soltos dentro de casa com água e comida e avise as equipes de resgate, NUNCA os deixe presos em correntes, canis, gaiolas!

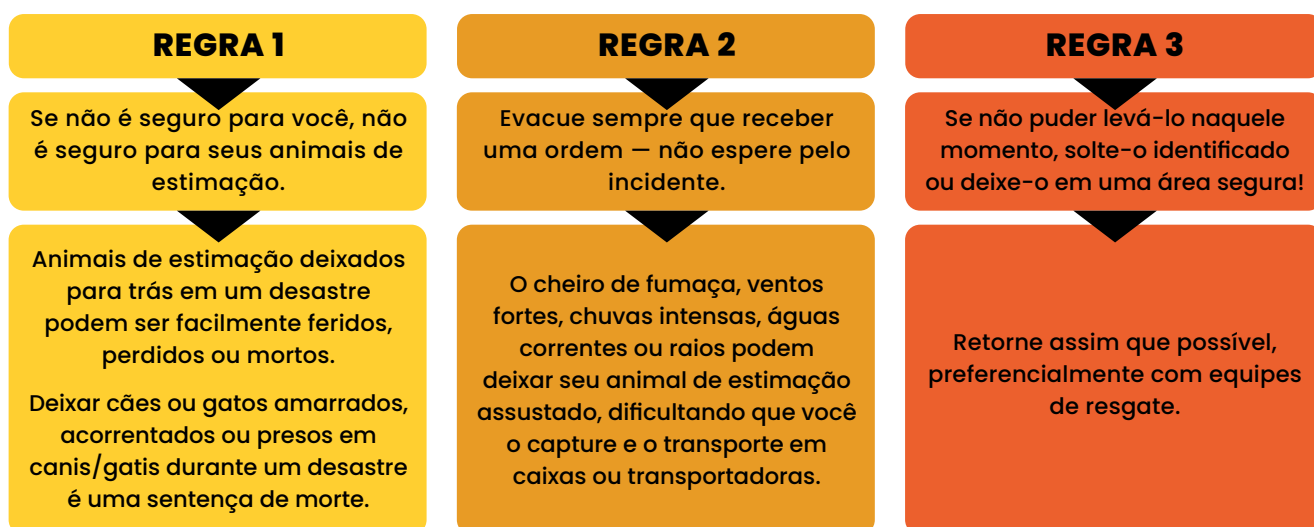
Essa informação deve, idealmente, ser ensinada e disseminada de forma contínua nas escolas, nas associações comunitárias (por meio dos Núcleos de Proteção e Defesa Civil Comunitários - NUPDECs), nas CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), nas empresas e nos diversos meios de comunicação, como mídias sociais, TV, rádio, jornais e revistas.

Figura 4: Exemplos de mensagens de alerta enviadas por WhatsApp, alertando sobre planos de emergência que incluam os animais.

Mensagens-chave

É fundamental repassar a todas as pessoas que vivem em áreas de risco regras básicas de preparação para uma evacuação segura. Entre as orientações essenciais, destacam-se as três Regras básicas (**Figuras 5 e 6**).

Figura 5 – Regras básicas para as orientações essenciais (mensagens-chave)



Fonte: Adaptado Prepvet, WAP, 2019



Figura 6 - Cães deixados presos dentro de canis durante uma inundação e posteriormente resgatados por voluntário na Carolina do Norte, EUA, em 2018.

REGRAS 1 e 3:
Solte os animais em área segura e identificados.

Crédito: Jonathan Drake.

2.7 Evacuação precoce de animais

A evacuação precoce das famílias e de seus animais é fundamental para reduzir riscos e evitar a necessidade de resgates perigosos. Essa medida previne acidentes e facilita o trabalho dos socorristas. As equipes de gerenciamento de desastres devem planejar cuidadosamente a logística e o tempo necessários para retirar animais das áreas de risco, juntamente com seus tutores e responsáveis ou de forma independente.

Tutores e responsáveis por animais, gestores de abrigos públicos ou privados, criadores comerciais e todos aqueles que cuidam de cães e gatos em áreas propensas a desastres devem, previamente, estabelecer um plano de emergência para evacuar rapidamente TODOS os seus animais em caso de perigo, como incêndios, inundações ou ciclones.

Animais de companhia podem ser alojados temporariamente com familiares ou amigos que vivem fora das áreas de risco. É essencial que os responsáveis estejam preparados para a evacuação dos animais, levando itens como: medicamentos de uso contínuo, ração, água, coleiras/guias, gaiolas e equipamentos de contenção.



Abhinav Anand na Unsplash

O município deve investir em **campanhas de conscientização** para tutores e responsáveis de cães e gatos que vivem em áreas de risco, para que se preparem com antecedência e para identificarem seus animais.

E a preparação inclui:



Manter “bolsas de viagem” com todos os itens essenciais, prontas para os animais;



Definir antecipadamente os locais de destino e os meios para realizar a evacuação;



Prever a possibilidade de o responsável não estar presente no momento da emergência, devendo delegar essa função a outra pessoa de confiança;



Considerar fatores comportamentais e eventuais condições de saúde dos animais.

Em alguns casos, pode ser necessária uma abordagem mista: alguns animais são evacuados imediatamente, enquanto outros permanecem protegidos no local – priorizando sempre os mais fáceis de transportar (mais dóceis e/ou menor porte) ou aqueles de maior valor (afetivo, reprodutivo, social). É fundamental equilibrar os riscos de biossegurança relacionados à realocação dos animais com os riscos de mantê-los no local.

Além do planejamento para a evacuação imediata, todos os animais devem estar devidamente **identificados** com coleira, plaqueta de identificação e, preferencialmente, **microchipados**, dentro de um sistema de registro e identificação (SRI).

A Lei nº 15.046/2024, regulamentou a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos, conhecido como **SinPatinhas**, que pode ser utilizado por tutores e gestores nos municípios para o cadastro de animais, e tem a vantagem de ser uma ferramenta pública, gratuita e digital que centraliza os dados recebidos de todo o território nacional.

O cadastro pode ser realizado através da página oficial - <http://sinpatinhas.mma.gov.br/>, onde são preenchidas todas as informações do animal e do responsável sendo que ao final, o sistema emite um registro vinculado a um código QR code. Todos os entes podem cadastrar os animais diretamente no sistema, como Tutores (pessoas físicas ou jurídicas), Médicos-veterinários, clínicas e hospitais veterinários, OSCs, protetores independentes, estados e municípios.

O sistema de registro e identificação (SRI), aliado a outras medidas preventivas dentro do ciclo de manejo de animais em desastres, é essencial para a implementação eficaz de todas as etapas do gerenciamento.

Quando um animal resgatado após um evento já possui uma forma de identificação permanente, como um microchip registrado em nome de seu tutor, mesmo que seja temporariamente levado para um abrigo emergencial, as chances de ser reunido ao tutor no pós-desastre aumentam significativamente.

Esse sistema reduz o tempo de permanência do animal no abrigo, diminui o sofrimento tanto dos animais quanto de seus tutores e otimiza o uso de recursos.

2.8 Treinamentos e simulações para evacuações com animais

Para que tutores e responsáveis estejam devidamente preparados para situações de evacuação em caso de emergência, os municípios ou distritos frequentemente impactados por eventos catastróficos devem **sensibilizar sua população** quanto à importância de responder adequadamente e implementar estratégias de redução de riscos, oferecendo ainda treinamentos sobre procedimentos corretos para uma **evacuação precoce**.

É fundamental que toda a população conheça previamente:



Os tipos de alerta existentes (sirenes, mensagens sonoras, alertas pelo whatsapp);



Como agir após a emissão de um alerta;



Como realizar uma evacuação rápida, incluindo todos os animais sob sua responsabilidade.

Os equipamentos necessários para a evacuação devem estar preparados com antecedência:



A quantidade de caixas de transporte, coleiras e guias deve ser suficiente para acomodar todos os animais;

Equipamentos de contenção e transporte devem ser mantidos próximos à saída da residência;

Todos os moradores do domicílio devem conhecer a localização desses itens.

A realização periódica de treinamentos práticos e simulações de evacuação contribui para que tutores, famílias e demais responsáveis saibam agir com agilidade e segurança durante situações de emergência, reduzindo riscos para pessoas e animais.

2.9 Preparação para operações de busca e salvamento

Para se preparar para as operações de busca e salvamento, as equipes devem fazer um diagnóstico, e esse diagnóstico é chamado de **DIAGNÓSTICO INICIAL PARA DESASTRES EM MASSA ENVOLVENDO ANIMAIS (FDI)** (Ficha 1), e tem como objetivo principal o levantamento dos danos sofridos pelos animais, além da identificação das principais necessidades emergenciais.

Embora a avaliação presencial seja sempre preferível, nem sempre ela é possível; assim, o FDI também pode ser realizado por meio de **avaliação remota**, utilizando contato com órgãos da Defesa Civil e instituições ligadas à população animal para determinar o real impacto nos animais e a necessidade de intervenção.

Após o diagnóstico **dos danos e do cenário de resgate** – incluindo identificação das áreas afetadas, áreas de risco, regiões indiretamente impactadas, áreas isoladas ou ilhadas – **e das espécies afetadas** (número de animais envolvidos, tipos de animais: domésticos, de estimação, silvestres, de pequeno, médio ou grande porte), devem ser conduzidas entrevistas com as autoridades locais para o preenchimento da ficha FDI.

Data e horário do desastre	Local (coordenadas geodésicas e Datum)	Rota de acesso ao local	
Tamanho da área atingida	Tipo de incidente	Tempo de trabalho necessário estimado	
Quantidade e espécies dos animais vivos		Quantidade e espécies dos animais mortos	Estado dos corpos não-humanos
Relato do incidente (versão oficial)			
Comandante do Incidente (nome, patente, instituição, contato):			
Agências que compõem o SCI			
Estruturas de SCI montadas e sua localização			
Estimativa de recursos materiais necessários			
Estimativa de recursos humanos necessários			
Observações gerais (presença de representantes da empresa responsável, voluntários, ONGs, outras observações)			
Responsável pelo preenchimento			
Local e data	Nome	Assinatura	

Ficha 1: Formulário de Diagnóstico Inicial para Desastres em Massa Envolvendo Animais Ficha (FDI)

 Disponível para download

Após essa avaliação, as autoridades irão estabelecer a atuação de cada equipe, os locais de operação, o tipo de suporte a ser oferecido e os recursos necessários, como recursos humanos, insumos, equipamentos, transporte, entre outros. Essa definição organizada garante que as operações de busca e salvamento ocorram de forma coordenada, eficiente e segura, otimizando o resgate e assistência aos animais afetados pelo desastre.

2.10 Zonas de segurança em desastres com animais

Todas as equipes que atuam na fase de resposta devem conhecer o **Sistema de Comando de Incidente (SCI)** e as regras de biossegurança necessárias para atuarem em desastres.

Uma das primeiras regras é conhecer as **ZONAS de SEGURANÇA de TRABALHO** – que são divididas em três regiões, denominadas **Zonas de trabalho** ou **Zonas de segurança**, divididas em (Figura 7) :

Figura 7 – Zonas de Segurança de Trabalho em Desastres.



Fonte: Adaptado de Defesa Civil - SP

2.11 Biossegurança

Regras de Ouro para a Biossegurança:



Sempre assuma que **doenças zoonóticas e espécie-específicas podem estar presentes**.



Sempre reporte qualquer doença identificada às autoridades locais.



Sempre siga as **regras de desinfecção** para prevenir a disseminação de doenças entre distritos, municípios e estados.



Se não for possível higienizar adequadamente um item de proteção pessoal, **descarte-o ao final do dia** ou ao término da operação.

MANEJO SANITÁRIO DE CARÇAÇAS

O manejo sanitário adequado de carcaças provenientes de animais que vieram a óbito ou foram submetidos a eutanásia é essencial para prevenir a disseminação de doenças, especialmente as clostridioses, como botulismo e tétano.

As carcaças animais devem ser consideradas resíduos infectantes (Classe A2) e devem ser embaladas em sacos plásticos resistentes e apropriados que devem ser identificados individualmente, sendo preferencialmente destinados à incineração ou aterros sanitários específicos e adequados, respeitando os critérios e as legislações ambientais locais.

Para garantir a segurança sanitária e evitar contaminações, é necessário armazenar as carcaças em refrigeradores próprios para esse fim, e mantê-las refrigeradas por no máximo 24h ou em freezer (congeladas) até o descarte. O transporte deve ser feito por equipes capacitadas, paramentadas com EPIs e com veículos apropriados e registros de rastreabilidade.

Procedimentos Gerais de Biossegurança



Lavar as mãos após cada contato com qualquer animal. Onde não houver água limpa disponível, utilizar desinfetante próprio para as mãos.



Sempre que possível, **mantenha os veículos fora** da área de onde estão animais doentes, em tratamento.



Antes de deixar a área, verifique todas as roupas e equipamentos quanto à presença de sangue ou material contaminante; se estiverem sujos, devem ser **descartados ou colocados em sacos plásticos** apropriados.



Reporte às autoridades **qualquer sintoma relevante** em animais ou humanos, para que se avalie risco de doenças zoonóticas.



Em áreas de maior risco (criadores comerciais, abrigos, Unidades de Vigilância de Zoonoses – UVZs), **isole e coloque em quarentena todos os animais doentes** e, em local separado, os suspeitos.



Certifique-se de que as carcaças de animais mortos sejam **incineradas ou descartadas adequadamente** (exceto quando precisarem ser protegidas para cadeia de custódia).

2.12 Busca ativa de animais em desastres

Durante desastres, muitos animais de estimação ou de produção podem não ser localizados de imediato, seja porque fugiram para áreas de difícil acesso ou porque vieram a óbito. O comportamento instintivo dos animais, aliado ao medo e estresse, faz com que eles se escondam em locais não óbvios, como bueiros, buracos, árvores, telhados, porões e forros das casas. Gatos ariscos ou ferais, por exemplo, são especialistas em se esconder e podem permanecer ocultos por muito tempo após o incidente.

Em situações de inundação, é comum que cães e gatos busquem locais elevados dentro das residências, como o topo de armários ou telhados, procurando escapar da água.

Por isso, é fundamental que as equipes de busca e resgate técnico animal:



Sejam capacitadas para compreender o comportamento animal;



Identifiquem possíveis esconderijos;



Utilizem sons e alimentos apropriados para atraí-los;



Ajam de forma segura e eficiente.



Milosz Klinowski na Unsplash

Outro ponto crítico é que muitos animais podem estar amarrados, presos em correntes ou dentro de canis ou em áreas nos fundos das casas. É essencial que **todas as partes da residência sejam cuidadosamente inspecionadas**, não apenas a fachada ou áreas de acesso comum.

Durante a fase de resposta, tempo e recursos são limitados e valiosos. A falta de coordenação pode ocasionar visitas repetidas em alguns locais enquanto outros ficam sem atendimento. Para evitar esse problema, recomenda-se o uso de sistemas padronizados de marcação, como o [X-code](#), já utilizado em operações de busca e resgate de pessoas.

Diante de cenários com recursos humanos, transporte e insumos limitados e com muitas vítimas, as equipes devem definir critérios claros para priorização das ações.

Drones (Veículos Aéreos Não Tripulados – VANT) na Busca de Animais

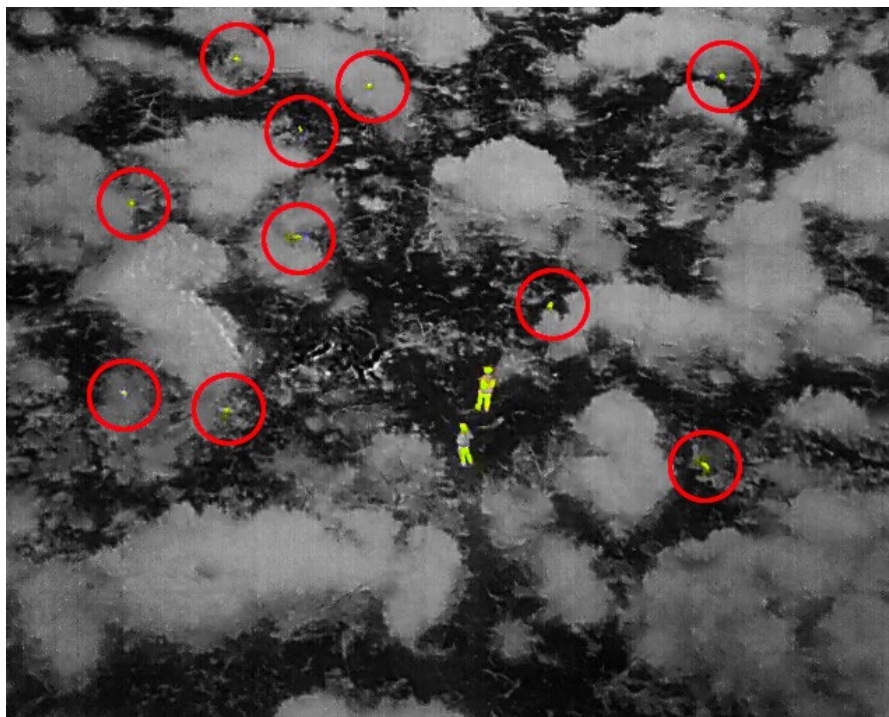
O uso de drones em operações de busca vem crescendo, sendo empregado tanto no resgate de pessoas quanto, cada vez mais, na busca e salvamento de animais durante desastres.

Drones equipados com tecnologia termal são especialmente úteis para localizar animais homeotérmicos (mamíferos, aves) em grandes distâncias ou em locais de difícil visualização, como áreas florestais, regiões com fumaça ou mesmo durante incêndios.

Essa tecnologia aumenta a eficiência das buscas, reduz tempo e exposição dos socorristas aos riscos.

Drones podem ser usados para identificar animais ilhados em áreas remotas (**Figura 8**) bem como para levar pequenas provisões como alimento e água, até as equipes de resgate poderem acessar a área.

Figura 8 - Identificação de pequenos mamíferos com uso de tecnologia termal por um drone em área de mata.



Fonte: Australian Wildlife Conservancy organization

Checklist Operativo – Busca Ativa de Animais em Desastres

Pré-operação

- Receber e revisar o *briefing* da missão e área de atuação
- Confirmar equipamentos de proteção individual (**EPIs - Quadro 1**) e materiais de biossegurança em número suficiente
- Checar insumos e equipamentos de busca (lanternas, alicates, cordas, gaiolas, caixas de transporte, alimentos/petiscos para atração, etc.)
- Verificar funcionamento dos rádios de comunicação e GPS > Revisar lista atualizada de áreas a serem inspecionadas > Checar drones e câmeras termais, se disponíveis

Durante a Busca Ativa

- Realizar inspeção completa de toda a residência/área: frente, fundos, quintal, porão, forro, telhado, árvores, bueiros, buracos, sótão, etc.
- Procurar indícios de presença animal (rastros, fezes, pegadas, sons, pelos)
- Utilizar alimentos e sons para atrair animais escondidos
- Registrar presença de animais feridos, presos ou mortos
- Verificar locais de difícil acesso (áreas isoladas, fechadas e/ou altas) com auxílio de drones, quando possível
- Avaliar comportamento do animal antes de tentar aproximação e contenção
- Respeitar os procedimentos de biossegurança em todas as etapas
- Aplicar um sistema de marcação padronizado (ex.: Xv-code) nas áreas já vistoriadas
- Anotar e reportar locais ainda não inspecionados ou com acesso bloqueado
- Registrar informações de animais encontrados, incluindo foto, descrição, condição física e localização na ficha de resgate
- Priorizar resgate de animais feridos, presos ou em risco imediato

Pós-operação

- Encaminhar animais resgatados para triagem veterinária e identificação
- Descartar ou descontaminar EPIs e equipamentos usados, conforme protocolo
- Reportar às autoridades locais qualquer situação crítica, óbitos ou doenças suspeitas
- Atualizar planilha/lista de coberturas e áreas atendidas
- Participar de reunião *debriefing* com a equipe para avaliar ações e ajustar estratégias

Quadro 1 - Equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários para atuação em operações de resposta em desastres.

Capacete para busca e resgate	Bota para resgate / botina de proteção	Macacões descartáveis
Luvras de raspa de couro cano longo e curto	Bota de borracha ou galocha	Luvras de borracha
Óculos de proteção transparente	Perneira	Toucas descartáveis
Luvras nitrílicas	Colete reflexivo/Colete salva-vidas (água)	Canivete
Jalecos descartáveis	Máscaras descartáveis	Apito
Protetor solar	Cantil	Lanterna de mão e cabeça descartáveis
Capa de chuva	Luvras de vaqueta	



2.13 Critérios de escolha na hora da busca e resgate

O trabalho de busca e resgate deve priorizar os animais em maior risco e com maior probabilidade de sobrevivência. A definição de prioridades é fundamental para otimizar recursos e salvar o maior número possível de vidas (Figura 9).

Figura 9 - Critérios de escolha na hora da busca e resgate de cães e gatos na resposta ao desastre, segundo a ordem de prioridade.



2.14 Etapas do plano de ação do resgate no local

(adaptado de CFMV, 2020)

Etapa 1

Avaliar a saúde e bem-estar do animal - Avaliar os aspectos físicos, naturais e mentais (por ex.: estresse térmico, sede, fome, medo, fadiga, exaustão, agressividade, dor, angústia, desconforto, dentre outros).

Etapa 2

Estabilizar o animal - Restabelecer as condições normais e fornecer imediatamente aos animais os recursos necessários para elevar o seu grau de bem-estar (por ex.: água; ventilação; restabelecimento do conforto térmico; alimento; apoio emocional; dentre outros).

Etapa 3

Oferecer atendimento ao animal in loco - oferecer suporte a vida, e suporte médico se houver necessidade - se for identificada alguma alteração grave na triagem médica* - realizar os procedimentos terapêuticos necessários (canulação, fluidoterapia, suporte glicêmico, suporte analgésico, etc) para poder transportar o animal em segurança até o posto médico veterinário de campanha PMVC.

Etapa 4

Avaliar estratégias de retirada do animal do local e preparar a equipe para o resgate (retirada da área de risco) - Avaliar riscos de fuga, riscos para o animal e para a equipe, avaliar os equipamentos necessários, separá-los e enviar resgatista mais apto para a operação de resgate. Se necessário, fazer o uso de equipamentos (corda, puçá, focinheira) ou acionar outras equipes.

Etapa 5

Registro do animal - Preenchimento da ficha de resgate - a ficha de resgate deve ser preenchida pelo membro da equipe mais livre no momento do resgate - Preencher todas as informações necessárias (coordenadas geográficas, espécie, sexo, porte, características do animal, condições de saúde, data e horário do resgate, nome do responsável) - a ficha é individual e deve ser preenchida no local para evitar erros

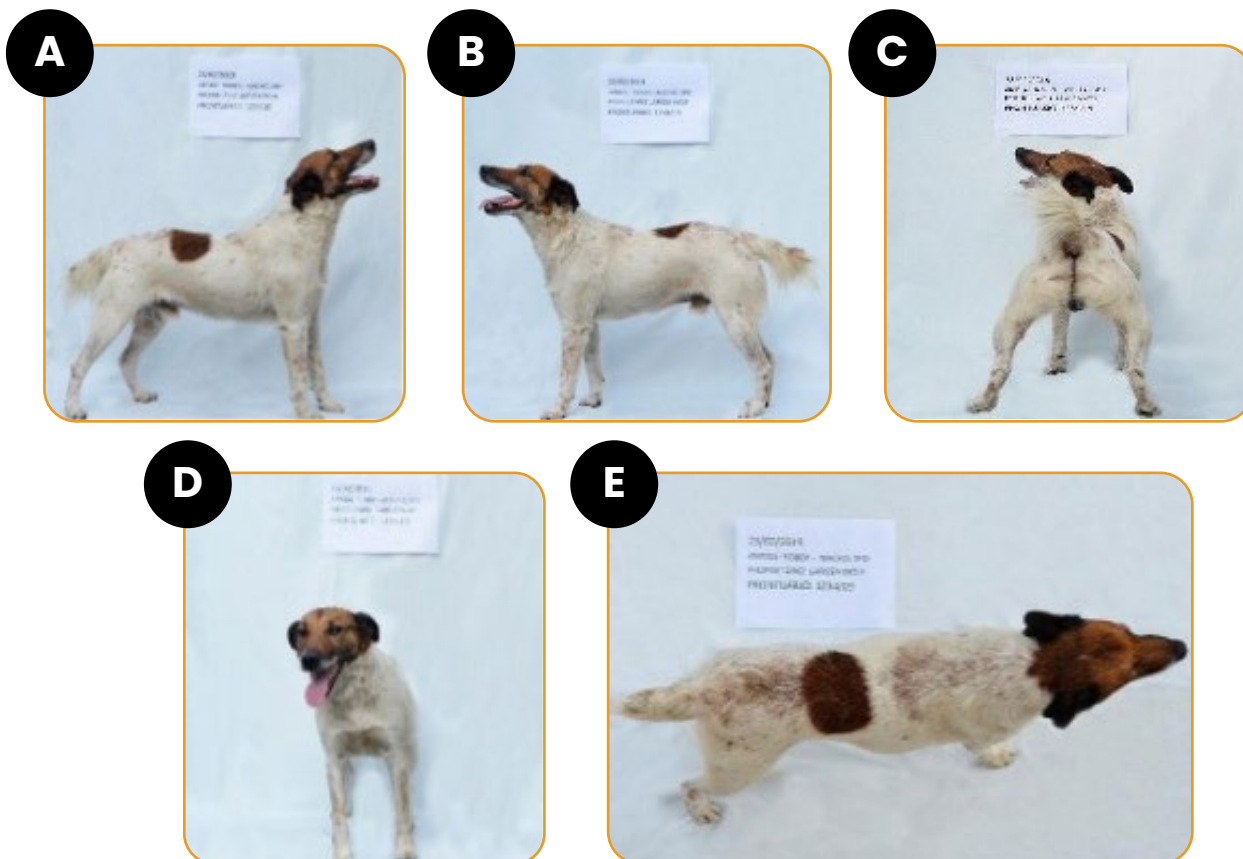
Etapa 6

Identificação do animal - no momento do preenchimento da ficha de resgate, o animal deve ser identificado com uma coleira e um número (sequência numérica) que também deve constar na ficha de resgate. Gatos devem ser colocados em caixa de transporte e o número da ficha afixado na caixa. Esse procedimento não exclui o registro fotográfico.

Etapa 7

Registro fotográfico - Sempre registrar fotograficamente cada animal nas cinco posições (Figura 10). Em seguida, fotografar a ficha preenchida, para que fique registrado na sequência de fotos - as fotos do animal e sua ficha.

Figura 10 - Registro fotográfico dos animais resgatados, admitidos nos abrigos, com cinco posições e informações sobre o animal.



Etapa 8

Transporte do animal até o destino - acomodar o animal no meio de transporte (barco, carro, triciclo, helicóptero, etc) adequadamente e de forma segura até o destino final. Seguir orientações do capítulo de TRANSPORTE ([página 35](#))

Etapa 9

Desembarque do animal na área de desembarque pré-estabelecida - Realizar o desembarque dos animais com tranquilidade para a segurança do próprio animal e dos profissionais envolvidos. A ficha de resgate deve ser entregue para as equipes em solo.

Depois que deixar a casa onde ocorreu a vistoria e/ou resgate/salvamento, deixar uma marcação em local visível como destacado a seguir.

2.15 Sistema de Informação Xv-code para Operações de Busca e Salvamento

Durante uma operação de busca e salvamento, pode-se utilizar um sistema semelhante ao **Sistema X - code** já utilizado por equipes de busca e salvamento humano, **chamado Xv-code**, como método de informação e comunicação rápida entre equipes. Esse sistema consiste na escrita de códigos pré-estabelecidos **nas áreas externas dos imóveis afetados** (portas, paredes frontais ou telhados), utilizando tintas ou sprays, para garantir destaque e padronização na comunicação das ações realizadas.

O objetivo é informar, de forma concisa e clara, as equipes que atuarem posteriormente sobre os procedimentos já realizados, **evitando duplicidade de esforços** e otimizando o atendimento.

Estrutura do Código

A marcação é feita desenhando um "X" grande, de modo que cada quadrante formado corresponde a um tipo de informação:

QUADRANTE SUPERIOR: data e hora da inspeção ou intervenção;

QUADRANTE ESQUERDO: identificação da equipe ou unidade de resgate responsável pela ação.

QUADRANTE DIREITO: situação encontrada e ações executadas pela equipe no local;

QUADRANTE INFERIOR: números - detalhamento quantitativo das ações relatadas no quadrante direito (por exemplo, quantidade de animais resgatados, encontrados sem vida, etc).

Exemplo ilustrativo da marcação está nas Figuras 11 e 12 :

Figura 11 - Exemplo do uso do Código Xv pela equipe do GRABH



Fonte: GRABH, 2024

Figura 12 - Código X aplicado em frente a uma casa, pós Furacão Katrina em 2005.



Fonte: Southernspaces 2010

Observações importantes:

- Utilize cores que garantam boa visibilidade.
- A marcação deve ser feita em local visível a partir da via pública.

Recomenda-se padronizar os códigos utilizados para as principais situações e ações, por exemplo:

SN	Suporte Nutricional	Utilizada quando as vítimas receberam apenas alimentação no local.
R	Resgatado	Utilizada quando as vítimas foram efetivamente resgatadas do local.
V	Fazer nova verificação	Utilizada quando a equipe identificou vítimas no local, mas, por algum motivo, não foi possível oferecer suporte nutricional e/ou realizar o resgate naquele momento. Indica a necessidade de nova inspeção por equipes futuras.
NR	Não resgatar	Utilizada quando há ordem expressa do proprietário, do comando de operações ou do tutor do animal para não realizar o resgate. Atenção: essa condição deve ser reavaliada caso haja risco iminente à saúde e ao bem-estar da vítima.
O	Óbito	Utilizada quando são encontrados corpos no local.
Ø	Nenhuma visualização	Utilizada quando não há vítimas identificadas naquele local.

Legendas das Espécies de Vítimas

C	Cão
G	Gato
A	Aves de produção
S	Silvestres e pets não convencionais
E	Equídeos
B	Bovinos, bubalinos e pequenos ruminantes
P	Suínos
H	Seres humanos

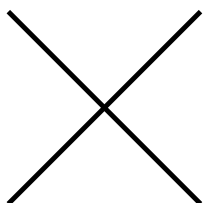
Dica: Para cada marcação, é importante combinar a sigla da situação com as letras das espécies encontradas ou atendidas (exemplo: R/C para cão resgatado; SN/G para gato alimentado).

Passo a passo para implementação do Sistema Xv-code

1 Escolha um Local BEM Visível

- Portas, paredes externas frontais ou telhados.
- Use tinta ou spray de cor diferente do fundo e bem chamativa (para melhorar a visibilidade).

2 Desenhe um X grande



Assim você terá 4 quadrantes para preencher uma informação em cada.

3 Preencha Cada Quadrante com as Informações:

QUADRANTE SUPERIOR

Data e hora da vistoria intervenção.

Exemplo: 28/04 -14h

QUADRANTE ESQUERDO

Identificação da equipe ou núcleo de resgate.

Exemplo: BRAVO-2

QUADRANTE INFERIOR

Detalhamento numérico

Exemplo: 2C, 1G (2 cães, 1 gato)

QUADRANTE DIREITO

Situação encontrada ou ação realizada.

Utilize siglas

SN Suporte Nutricional

R Resgatado

V Fazer nova verificação

NR Não resgatar

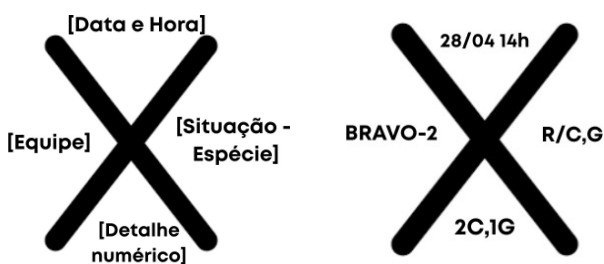
O Óbito

Ø Nenhuma visualização

Inclua também a(s) espécie(s) atendida(s) segundo legenda:

C-CÃO / G-GATO / H-HUMANO, etc

4 Exemplo de marcação completa



5 Recomendações

- Marque sempre após o término do atendimento no local.
- Use cores contrastantes para garantir visibilidade.
- Nunca deixe o quadrante sem preenchimento.
- Tire foto da marcação e registre junto ao relatório.

2.16 Cuidados na aproximação

Após as equipes avistarem animais em situação de risco, as equipes devem seguir as seguintes etapas (Quadro 2) para se aproximarem com segurança e realizarem uma ação de resgate segura e exitosa.

Quadro 2 – Etapas para uma abordagem segura durante o resgate.

1. Análise do Comportamento Animal

Observar o comportamento do animal é fundamental. Lembrar que em uma situação de desastres o comportamento dos cães e gatos pode mudar. *Ex: animais com medo ou em risco (como cães se afogando ou gatos em perigo) podem permitir a aproximação.*

2. Escolha do Equipamento Adequado

Selecionar os equipamentos corretos para cada espécie e situação garante segurança e eficiência.

3. Abordagem Segura do Animal

- Animais estressados podem estar com dor ou assustados.
- Abordar lentamente, evitando contato visual direto.
- Aproximar-se de lado e agachar para parecer menos ameaçador.
- Usar petiscos atrativos para atrair o animal.
- Usar uma voz fina tentando acalmar o animal - não grite, não faça movimentos bruscos, não bata palma, caminhe devagar

4. Métodos de Contenção

- **Sem contato:** atraindo animal com voz e gestos.
- **Física:** utilizando as mãos ou ferramentas (toalhas, luvas, cambão, puçá)
- **Química:** uso de sedativos.
- **Combinada:** dois ou mais métodos.

5. Içamento/Carregamento e Transporte até veículo/barco

- Apoiar sempre a frente (cabeça/peito) e a traseira (abdômen/quadril).
- Nunca carregar pela pele do pescoço, patas ou cauda.
- Utilizar focinheiras quando necessário.

6. Transporte Seguro

- Escolher o meio apropriado de transporte respeitando o bem-estar do animal.

2.17 Transporte de cães e gatos após o resgate

Após a contenção adequada do animal deve-se realizar o transporte em segurança para a zona de desembarque, onde o animal é encaminhado para abrigo.

1. Contenção e Segurança (Figura 13)

- Gaiolas ou caixas de transporte de madeira ou plástico são as formas mais seguras para transporte.
- Priorizar caixas fechadas para:
 - Gatos (mais suscetíveis ao estresse)
 - Cães pequenos
 - Animais agressivos ou muito medrosos
- Cães dóceis podem ser transportados com o uso de coleira/peitoral e guia (dê preferência aos peitorais) bem ajustados.

2. Avaliação Antes do Transporte

- Verifique se as caixas estão bem fechadas e, se possível, utilizar lacres de segurança (fita hellermann de nylon) nas portas.
- Confirmar que coleiras e peitorais estão ajustadas corretamente para evitar fugas durante o transporte.

3. Durante o Transporte hidroviário, terrestre ou aéreo

Garantir que os animais estejam seguros, estáveis e confortáveis dentro do veículo.

Em viagens longas:

- Todas as caixas e gaiolas devem estar fixas ou amarradas (barcos)
- Portas do veículo trancadas (carros)
- O meio de transporte deve ser ventilado e climatizado à 23 graus, para evitar hipertermia que pode levar a óbito (carros)

4. Necessidades Básicas durante o transporte em longa distância

- Oferecer água a cada 3 horas
- Parar a cada 4 horas para defecação e micção.
- Oferecer alimentação a cada 8 horas
- Evitar longas viagens para animais debilitados.

5. Necessidades Básicas durante o transporte em longa distância

Ao transportar animais, principalmente cães, garantir o conforto, a segurança e o bem-estar é fundamental. Por isso, a escolha da caixa de transporte deve respeitar as recomendações abaixo:

- Caixa apropriada para a espécie e porte do animal.
- Material resistente, com janelas de ventilação e portas em bom estado.
- Fechamento seguro, com lacres plásticos (polipropileno) se necessário.

Figura 13 - Equipe ASAR (*animal search and rescue*) transportando um cão, após resgate, dentro de caixa de transporte.



Fonte: ASAR <https://asartraining.com/animal-rescue-specialist-training/>

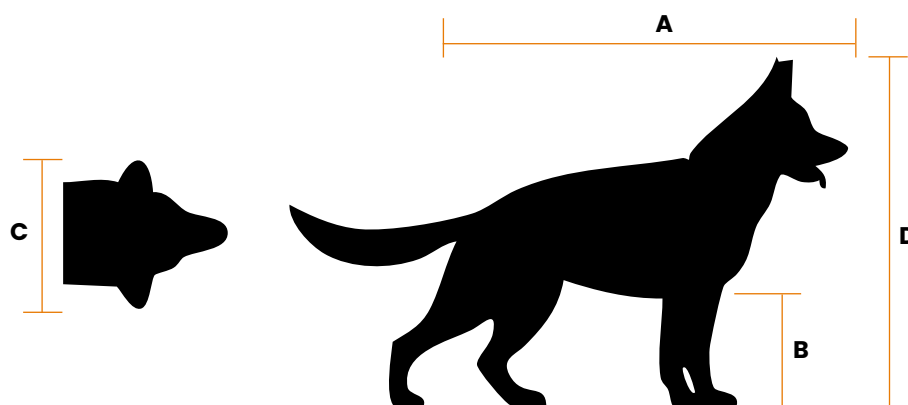
Como Medir o Animal para Escolher a Caixa Ideal

Para garantir que o animal tenha espaço suficiente para se movimentar e ficar confortável durante viagens longas, siga as orientações do Quadro 3 e da Figura 14:

Quadro 3 - Medição do cão para escolher o tamanho da caixa de transporte.

Letra	Medida	Descrição
A	Comprimento do cão	Da ponta do focinho até o início da cauda (linha reta).
B	Altura das patas	Do chão até o início do tórax.
C	Largura do cão	Na parte mais larga do tórax (usar fita métrica ou régua).
D	Altura do cão	Do chão até a ponta da orelha ou da cabeça (a que for mais alta).

Figura 14 - Medição do cão para escolher o tamanho da caixa de transporte.



Tamanho Ideal da Caixa de Transporte

(Figura 14)

A fórmula geralmente recomendada para calcular o tamanho mínimo da caixa (principalmente para transportes aéreos internacionais, conforme normas IATA) é:

Comprimento interno da caixa:

- $A + B$ (comprimento do cão + altura das patas)

Largura interna da caixa:

- $C \times 2$ (duas vezes a largura do cão)

Altura interna da caixa:

- D (altura do cão desde o chão até a ponta da orelha/cabeça)

Resumo dos Critérios

- Certifique-se de que o animal consiga dar uma volta completa, ficar de pé e deitar confortavelmente dentro da caixa.
- Priorize sempre a segurança no fechamento.
- Caixas danificadas ou sem ventilação adequada não devem ser utilizadas.

2.18 Triagem em resgates

MÉTODO V-START (*Veterinary System Triage and Rapid Assessment*)

Após o resgate o animal deve ser triado e esse método permite uma **classificação rápida** dos pacientes com base nos **4 critérios fisiológicos a seguir (RPPN)**:

1. Frequência **RESPIRATÓRIA**/minuto;
2. Frequência do **PULSO**/minuto;
3. **PRESSÃO** do pulso – embora subjetiva, a pressão de pulso tem uma relação linear com o volume sistólico. Portanto, se a pressão de pulso estiver muito diminuída (como você pode ver no choque), o volume sistólico também provavelmente está diminuído);
4. Status **Neurológico**.

Quadro 4 - Categoria de enquadramento do animal segundo classificação rápida dos pacientes com base em critérios fisiológicos.

COR	CATEGORIA	SISTEMA ENVOLVIDO
Vermelho	Necessita intervenção imediata – Emergência	Normal RPP
Amarelo	Urgente	Normal PPN
Verde	Necessita intervenção mínima, não imediata	Normal RPPN
Preto	Morto, morrendo ou precisa de eutanásia	Morto, morrendo ou precisa de eutanásia

RPPN – Freq. Respiratória, Freq. do pulso, Pressão do Pulso, Neurológico

Esses critérios fisiológicos permitem ao profissional determinar a **prioridade do atendimento ao paciente** (tratamento e/ou transporte), concedendo um grau de urgência dentro de um sistema de categorização baseado em cores. Os níveis de priorização determinam o tempo ideal entre a chegada do animal ao atendimento

O socorrista deve usar MARCAÇÕES visíveis das 4 cores (Quadro 5) (como fitas adesivas, tinta spray ou giz) para que todos os membros da equipe e os que estão no desembarque possam detectar a condição do animal rapidamente.

Quadro 5 – Marcações segundo a prioridade, condição do animal e tipo de resposta.

PRIORIDADE	COR	CONDIÇÃO	TIPO DE RESPOSTA
1	VERMELHO	CASO CRÍTICO	IMEDIATA
2	AMARELO	EMERGÊNCIA	NA PRÓXIMA 1 HORA
3	VERDE	URGÊNCIA A NORMAL	NAS PRÓXIMAS 3 HORAS
4	PRETO	CADÁVER OU NÃO RECUPERÁVEL	NÃO PRIORIDADE OU EUTANÁSIA

2.19 Posto Médico-Veterinário Avançado (PMVA)



O Posto Médico-Veterinário Avançado (PMVA) é uma estrutura de atendimento emergencial para animais, semelhante aos Postos Médicos Avançados para humanos. Deve ser instalado em áreas seguras, fora da zona de risco, com o objetivo principal de **diagnosticar e estabilizar animais recém-resgatados** que necessitam de atendimento. Em casos mais graves, os animais após a triagem e estabilização devem ser transferidos para hospitais veterinários previamente identificados/conveniados.

Organização do PMVA

O PMVA deve ser montado em local acessível e seguro, podendo ser instalado em estruturas já existentes (quadras, salas de aula, haras, hospitais veterinários etc) ou sob tendas resistentes.

Deve conter mesas, suportes para soro, carrinhos para suprimentos e pontos de luz e água; e equipamentos de diagnóstico (Quadro 6).

Quadro 6 – Equipamentos para diagnóstico recomendados para um Posto Médico-Veterinário Avançado (PMVA)

BÁSICO	INTERMEDIÁRIO	AVANÇADO
Termômetro	Microscópio (óleo de imersão, lâminas, swabs)	Aparelho de lactato
Estetoscópio	Refratômetro	Eletrocardiógrafo (ECG)
Plexímetro (para testar reflexos)	Microcentrífuga (e tubos de micro- hematócrito, cartões de leitura de VCM etc.)	Analizador de Eletrólitos
Lanterna		Analizador Bioquímico portátil
Otoscópio e cones auriculares	Centrífuga comum	Aparelho de RX portátil
Oftalmoscópio	Tiras de teste de urina	Aparelho de Ultrassonografia portátil
Oxímetro de Pulso	Frascos com formol para coleta de amostras	
Glicosímetro e tiras de testes		Estetoscópio esofágico
Esfigmomanômetro veterinário com manguitos diferentes tamanhos	Tubos para coleta de sangue (sem aditivo, com EDTA etc.)	Aparelho de gasometria (STAT)
Balança digital		Analizador Hematológico Veterinário
Tiras de fluoresceína (para coloração corneana)	Lâminas e corantes (Gram, Diff- Quick)	Monitor de pressão arterial
Tiras de teste de Schirmer (análise da produção lacrimal)	Tubos de teste de coagulação manual (com terra diatomácea)	Endoscópio
Tubos para coleta de sangue (sem aditivo, com EDTA etc.)		
Swabs para cultura	Tiras de teste de ureia (BUN)	Monitor multiparamétrico

Além dos equipamentos de diagnóstico, o PMVC deve estar equipado com materiais para suporte à vida, pequenas intervenções cirúrgicas, e cuidados gerais. Estes incluem itens para oxigenoterapia, fluidoterapia, cuidados cirúrgicos e de enfermagem:

- **Oxigenação:** regulador, cilindros, Ambu, tubos, umidificador.
- **Fluidos:** cateteres, seringas, bombas de infusão, soros.
- **Enfermagem:** colchões térmicos, bandagens, talas, gaze, faixas.
- **Cirurgia:** mesa cirúrgica, kits, bisturi, fios de suturas, aparelho de anestesia, luvas.
- **Diagnóstico/Monitoramento:** termômetro, oxímetro, monitores multiparamétricos.
- **Outros:** nebulizador, colares elizabetanos, alimentos líquidos.



Equipe Recomendada

Cada PMVC deve contar com pelo menos dois veterinários e uma equipe de três a quatro auxiliares (enfermeiros, estudantes de medicina veterinária). O Responsável Técnico (RT) pelo local deve avaliar o tamanho da equipe de acordo com a demanda.



Medicamentos Recomendados

Abaixo estão listados medicamentos essenciais para primeiros socorros, controle de dor, antieméticos, antibióticos, anti-inflamatórios, entre outros, para garantir o suporte clínico adequado aos animais atendidos:

- **Emergências:** epinefrina, atropina, naloxona, dopamina, vasopressina.
- **Sedativos/Anestésicos:** acepromazina, cetamina, propofol, xilazina.
- **Antibióticos e Anti-inflamatórios:** diversos, via oral e injetável.
- **Controle de vômito e diarreia:** metoclopramida, ondansetrone, antidiarreicos.
- **Suporte e antídotos:** vitamina K, gluconato de cálcio, carvão ativado, insulina.

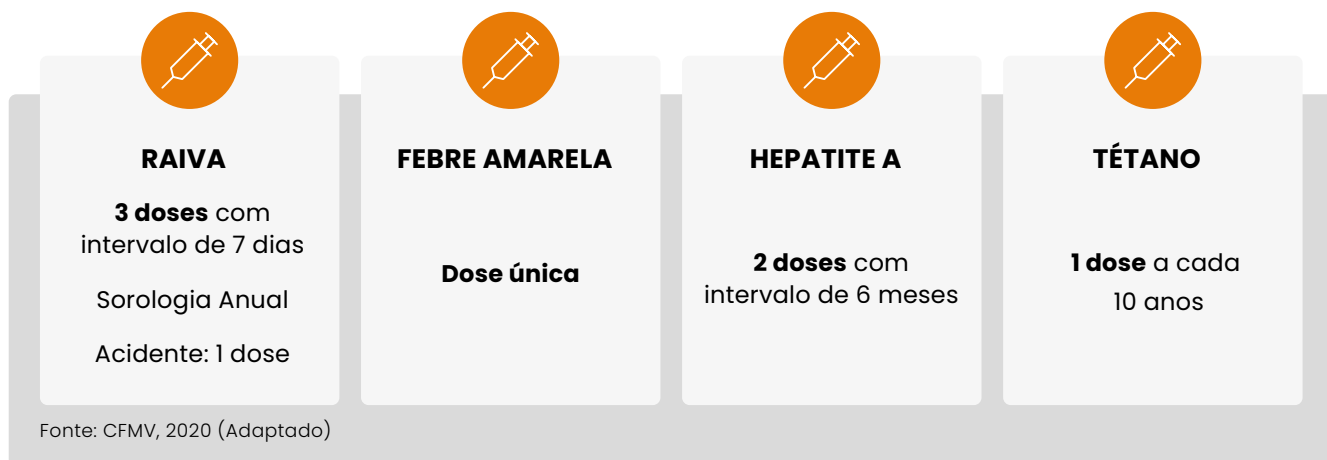
O PMVA é essencial para garantir o atendimento inicial adequado aos animais em situações de desastre, promovendo o bem-estar animal e a eficiência das ações de resposta.

2.20 Gerenciamento de voluntários que atuam na busca e resgate de animais em situação de desastres

O gerenciamento de voluntários é essencial para a eficácia e segurança nas operações de busca e resgate de animais em desastres. Muitos voluntários espontâneos, capacitados ou não, deslocam-se para as áreas afetadas, o que pode gerar sérios desafios às equipes de comando, especialmente quando esses grupos atuam sem integração ao Sistema de Comando de Incidentes (SCI).

Para uma atuação ordenada, todos os voluntários devem assinar um termo de voluntariado ou TCLE (termo de consentimento livre e esclarecido) para estarem cientes de todas as regras da operação e é de suma importância que apenas voluntários minimamente treinados, autossuficientes, vacinados (Figura 15) e dispostos a seguir as diretrizes locais sejam incorporados às operações.

Figura 15: Protocolo vacinal recomendado pelo CFMV para voluntários e profissionais que atuam em desastres



Idealmente os voluntários devem ser previamente identificados, cadastrados e treinados nos seguintes tópicos:

Segurança Básica

- **Equipamentos de Proteção Individual (EPI):** Aprender a usar e manter roupas e equipamentos de segurança adequados.
- **Identificação de Perigos:** Reconhecer perigos potenciais, como deslizamentos, colapso de estruturas, fogo e materiais perigosos.
- **Práticas Seguras de Trabalho:** Entender como evitar acidentes e agravos durante o resgate de animais, as principais zoonoses e como trabalhar com segurança nos diversos cenários.

Primeiros Socorros e Resposta Médica

- **Primeiros Socorros:** Aprender habilidades básicas para salvar vidas.
- **Cuidados com Feridas:** Tratar feridas adequadamente e lidar com possíveis infecções.
- **Operações Médicas em Desastres:** Aprender a triar animais e fornecer assistência médica inicial básica.

Busca e Resgate

- **Técnicas de Busca, aproximação e Resgate de animais:** Utilizar métodos básicos para localizar animais e resgatá-los de forma segura.
- **Organização da Equipe:** Aprender a trabalhar efetivamente em equipe e coordenar os esforços no resgate e transporte dos animais.

Comunicação e Trabalho em Equipe

- **SCI:** Treinamento sobre o Sistema de Comando de Incidentes
- **Comunicação Eficaz:** Aprender a se comunicar de forma clara e concisa com outros resgatistas, voluntários e com o público.
- **Trabalho em Equipe e Liderança:** Desenvolver habilidades para trabalhar efetivamente em equipe e assumir papéis de liderança quando necessário.

Saúde Mental e Gestão do Estresse

- **Reconhecer Sinais de Estresse:** Entender como identificar e gerenciar o estresse em situações de resposta a desastres.
- **Mecanismos de Enfrentamento:** Aprender estratégias saudáveis de enfrentamento para lidar com traumas e estresse.

Preparação e Mitigação de Desastres

- **Preparação da Comunidade:** Entender a importância da preparação individual e comunitária na proteção dos animais.
- **Redução do Risco de Desastres:** Aprender sobre medidas para reduzir o impacto de desastres nos animais.

2.21 Cuidados com o cuidador/resgatista

O cuidado integral com profissionais e voluntários que atuam em desastres envolvendo animais é essencial para garantir o sucesso e a segurança das operações. É necessário monitorar a saúde mental, as relações interpessoais e as vulnerabilidades individuais, oferecendo apoio psicológico regular para prevenir o esgotamento físico e emocional. Problemas como estresse, ansiedade, exaustão e conflitos interpessoais são comuns nesse contexto, e o excesso de tempo de atuação sem pausas adequadas pode levar a consequências graves, como burnout, fadiga por compaixão e transtornos psicológicos.

Recomenda-se limitar a **atuação contínua a 7–10 dias**, promover ambientes de apoio, oferecer treinamentos de resiliência e criar espaços seguros para desabaços e suporte emocional.

Medidas preventivas, como a implementação de primeiros socorros psicológicos em grupo e programas de fortalecimento da resiliência, são fundamentais para preservar o bem-estar das equipes. A experiência de organizações humanitárias, como a Cruz Vermelha Internacional, mostra que apoio psicossocial eficaz melhora a motivação e reduz a rotatividade, promovendo cuidados mais eficazes aos animais e estabilidade nos abrigos.

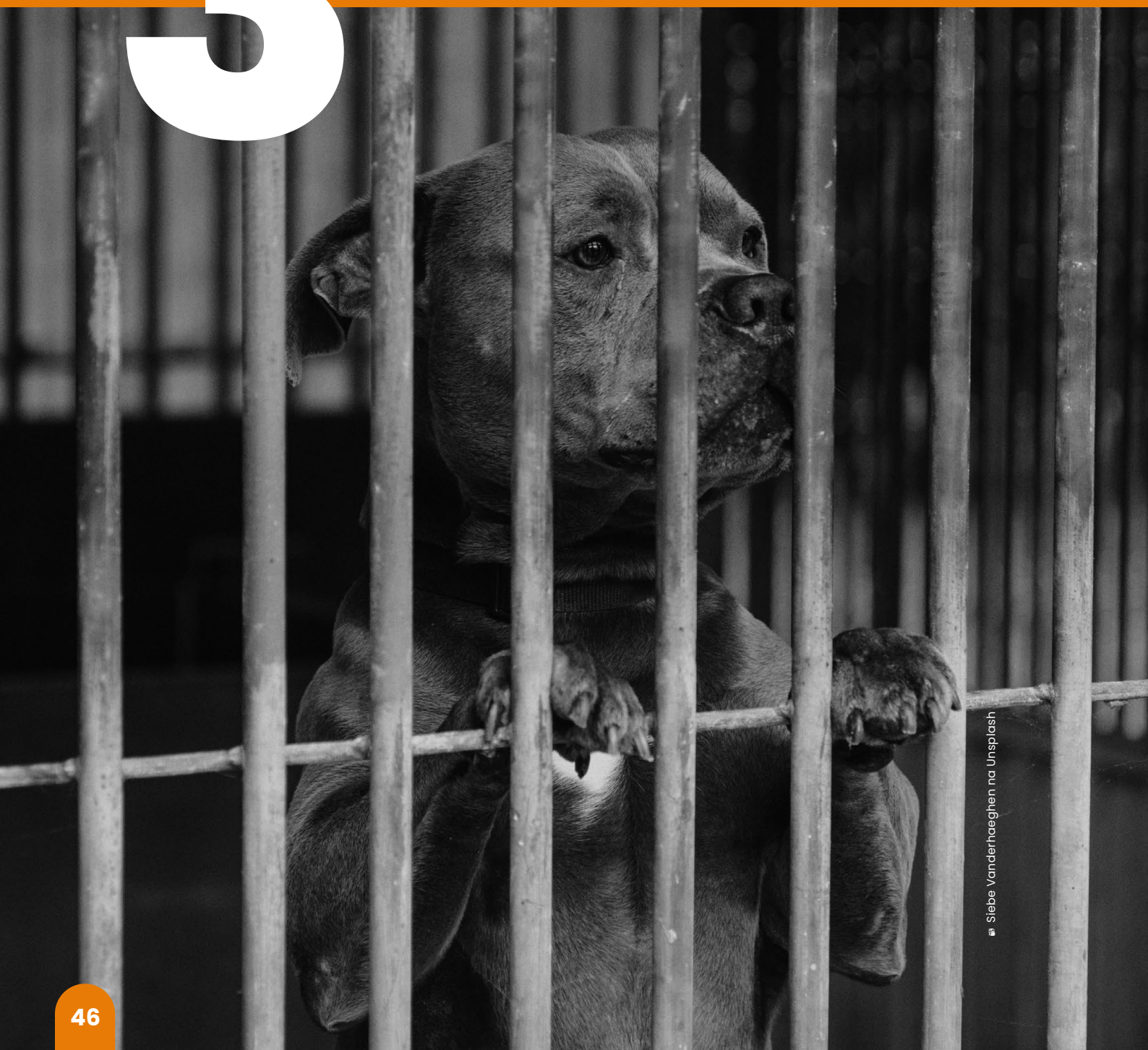
O fortalecimento do ambiente organizacional é vital para proteger profissionais e voluntários dos impactos do trauma secundário e do estresse crônico, garantindo a continuidade e qualidade dos trabalhos de assistência.



Chance Craven na Unsplash

3

ABRIGAMENTO EMERGENCIAL DE ANIMAIS



© Siebe Vanderhoeven na Unsplash

Em situações de desastre, o resgate e o acolhimento de animais são medidas fundamentais para a proteção dos próprios animais e para a prevenção de riscos à saúde pública. Para garantir a efetividade dessas ações, é imprescindível um planejamento prévio, com a participação ativa de diversas instituições e o envolvimento de equipes capacitadas, que atuem conforme diretrizes de resgate seletivo.

O sucesso das respostas emergenciais depende da articulação entre os diferentes níveis de governo, organizações da sociedade civil, universidades, empresas, profissionais da medicina veterinária e protetores independentes. Cada um desses atores desempenha um papel estratégico não só na estruturação e execução das ações, mas também na sua sustentabilidade a longo prazo. Para opera-

cionalizar o acolhimento emergencial, um elemento central é a criação e gestão de Abrigos Emergenciais para Animais (ABEMs).

Em um contexto de crescente frequência e intensidade de eventos climáticos extremos no Brasil, como enchentes, deslizamentos e queimadas, a criação de protocolos bem definidos para o abrigamento emergencial de animais se torna uma parte indispensável das políticas públicas de gestão de risco. Essa abordagem integrada, que envolve diferentes setores da sociedade, não apenas fortalece a resposta intersetorial, mas também reduz significativamente os danos à saúde pública e ao bem-estar animal, garantindo uma atuação mais rápida, ética e eficiente durante as emergências.

3.1 Abrigos emergenciais (ABEMs)

O abrigamento emergencial de animais, materializado nos ABEMs, representa uma medida essencial nas ações de resposta a desastres. Seu principal objetivo é acolher rapidamente e com segurança animais em situação de risco, desabrigo ou deslocamento forçado, oferecendo um refúgio temporário e estratégico.

Esses abrigos devem assegurar:



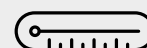
Integridade física



Bem-estar



Alimentação,
hidratação, abrigo e
assistência veterinária



Conforto térmico
e emocional

Fonte: CFMV, 2020 (Adaptado)

O funcionamento dos ABEMs é, por definição, temporário e estratégico. Eles operam até que seja possível viabilizar o retorno dos animais às suas famílias, promover sua adoção responsável ou encaminhá-los a soluções permanentes de cuidado.

Para garantir a agilidade e a eficiência do acolhimento, os ABEMs podem ser montados tanto em estruturas pré-existentes – como centros de controle de zoonoses, canis públicos, universidades e ginásios – quanto em estruturas temporárias, adaptadas conforme a urgência da situação, os recursos disponíveis e as características específicas do território.

ABEMs

Abrigos temporários para acolher animais em emergências

Animais com ou sem tutor.
Proteção no período crítico.

Prioridade: reunir tutores e animais!

E se não for possível reunir?

Encaminhamento para adoção: Sempre com critérios **técnicos, éticos e legais**.

ABEMs podem ser:

- Espaços improvisados com apoio comunitário
- Instalações organizadas com suporte institucional
- Independentemente da estrutura, precisam seguir boas práticas!

Diretrizes mínimas dos ABEMs

- Protocolos de limpeza e biossegurança.
- Identificação e rastreamento individual.
- Registro sistemático e correto dos casos.

- **Busca ativa para encontrar tutores!**
Registros organizados para facilitar a reunificação.



3.2 Estratégias complementares ao abrigoamento

Nem todos os animais afetados por um desastre precisam ser levados a abrigos. O Protocolo de Resgate Integrado e Seletivo de Animais em Situação de Desastres (PRISMA), deve ser empregado para diminuir o número de animais a serem levados para o ABEM ([página 55](#)).

Alternativas eficazes, menos desgastantes para os animais e menos onerosas à estrutura pública incluem:



- Distribuição de ração, suprimentos e serviços veterinários às famílias que permanecem com seus animais;
- Acomodação temporária em clínicas veterinárias, hotéis ou lares temporários;
- Cuidados provisórios sob a responsabilidade de protetores com capacidade técnica.

Essas estratégias favorecem a permanência dos animais com seus tutores ou em locais adequados, reduzindo a demanda pelos abrigos emergenciais.

3.3 Planejamento e articulação para instalação de ABEMs

Para garantir uma resposta rápida e eficaz em emergências, é fundamental que estados e municípios possuam planos estruturados para a instalação e operação dos Abrigos Emergenciais para Animais (ABEMs). Esses planos devem ser integrados aos sistemas de gestão de emergências existentes, envolvendo uma ampla gama de atores:

- **Autoridades locais:** Responsáveis pela coordenação geral das ações.
- **Organizações da sociedade civil:** Atuam no resgate, cuidado e proteção dos animais.
- **Instituições de ensino:** Oferecem suporte técnico e científico.
- **Profissionais autônomos:** Veterinários, cuidadores e outros especialistas.
- **Órgãos ambientais e sanitários:** Garantem a saúde pública e o bem-estar animal.

Um aspecto crucial do planejamento é a estimativa da população de cães e gatos no município, especialmente nas áreas de risco. Essa estimativa, que deve incluir tanto animais com tutores quanto animais em situação de rua ou de vida livre, é essencial para dimensionar as ações de manejo populacional, resgate e abrigamento emergencial.

Para estimar o número de animais que podem necessitar de acolhimento, é comum considerar que até 10% da população total de animais poderá precisar de abrigo. Por exemplo:



CONSIDERAR QUE ATÉ 10% DA DA POPUILAÇÃO TOTAL DE ANIMAIS PODERÁ PRECISAR DE ACOLHIMENTO

Exemplo:

10.000 animais
no município



cerca de
1.000 podem precisar
de abrigo.

É importante ressaltar que a demanda real por abrigamento pode variar dependendo de diversos fatores, como:

- **Gravidade do desastre:** Desastres de grande magnitude tendem a gerar um número maior de animais desabrigados.
- **Condições socioeconômicas locais:** Comunidades mais vulneráveis podem ter mais dificuldade em cuidar de seus animais durante uma emergência.

Para otimizar a gestão dos ABEMs e garantir o bem-estar dos animais, é fundamental adotar estratégias eficazes de identificação e rastreamento, que:

- Facilitam a reunificação dos animais com seus tutores;
- Evitam perdas e duplicidades no acolhimento;

3.4. Gestão das equipas e operação dos ABEMs

A operação dos abrigos exige coordenação técnica e organização logística. Recomenda-se:

- Formação prévia de equipas voluntárias com capacitação específica;
- Designação de profissionais de referência para supervisão técnica e sanitária;
- Elaboração de checklists operacionais para diferentes fases: resposta inicial, rotina do abrigo e desmobilização ou transição para estruturas permanentes.

Essas medidas contribuem para a segurança dos animais e das equipas, promovendo uma resposta humanitária, eficaz e tecnicamente fundamentada.

3.5 Planeamento de Emergências e Avaliação de Risco

A primeira etapa de preparação é realizar uma avaliação de risco, considerando as **ameaças**, **vulnerabilidades** e suas **consequências**:

Elemento	O que avaliar?
Ameaças	Que desastres ocorrem ou podem ocorrer na região (enchentes, queimadas, deslizamentos)?
Vulnerabilidades	Quais áreas, pessoas e animais estão mais expostos? Há bairros ou estruturas críticas em zona de risco?
Consequências	Quais os impactos se o desastre ocorrer? Ex.: Interrupções no abastecimento de água, colapso de serviços.

3.6 Aspectos Estratégicos para a Preparação

- **Mapeamento de abrigos de cães e gatos** com avaliação da capacidade de prover cuidados (CPC) de cada abrigo;
- Conhecimento dos planos de contingência e articulação entre setores;
- Definição de responsabilidades por ente ou instituição;
- Treinamento prévio de profissionais e voluntários;
- Conhecimento da população animal estimada por cidade (incluir cães, gatos e equídeos);

3.7 O Papel do Manejo Populacional de Cães e Gatos (MPCG)

A existência de programas de Manejo Populacional de Cães e Gatos (MPCG) já implantados nos municípios otimiza a resposta em situações de emergência, proporcionando diversos benefícios:

Rastreabilidade e reunificação

- Microchipagem, registro e bancos de dados facilitam a identificação e o reencontro dos animais com seus tutores.

Controle reprodutivo

A castração cirúrgica, como parte do programa de MPCG, reduz a taxa de natalidade, o número de filhotes, as fêmeas no cio e brigas, auxiliando na prevenção de zoonoses.

Prevenção de doenças

- A vacinação e a desverminação diminuem o risco de transmissão de doenças;

Guarda responsável

- A educação continuada sobre a guarda responsável de cães e gatos diminui o número de animais nas ruas, previne o abandono e aumenta o engajamento dos tutores.

Saúde Animal

- As ações clínicas do programa de MPCG melhoram as condições de saúde dos animais atendidos e podem facilitar um diagnóstico rápido de doenças, inclusive zoonóticas.

Programas de MPCG municipais efetivos auxiliam a:

- Planejar o abrigamento, considerando os núcleos familiares multiespécie, como nos Centros Humanitários de Acolhimento (CHA);
- Prevenir a reprodução indesejada, fêmeas no cio e brigas durante o período de abrigamento;
- Identificar as doenças regionais prevalentes, como leishmaniose e esporotricose, permitindo a implementação de medidas preventivas e de controle;

3.8 Base Legal e Princípios de Atuação

A atuação em Abrigos Emergenciais para Animais (ABEMs), mesmo em emergências, deve seguir rigorosamente as normas sanitárias, éticas e jurídicas aplicáveis. As principais leis e normas federais que devem ser observadas são:

- **Lei nº 5.517/1968:** Regulamenta o exercício da Medicina Veterinária, definindo as responsabilidades e atribuições dos profissionais.
- **Constituição Federal de 1988, Art. 225, §1º, inc. VII:** Proíbe atos de crueldade contra os animais e impõe ao poder público o dever de protegê-los.
- **Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais):** Criminaliza os atos de maus-tratos contra animais, estabelecendo sanções para os infratores.
- **Lei nº 12.608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil):** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, prevendo a atuação multissetorial e a inclusão de ações de proteção aos animais em situações de desastre.
- **Código de Ética do Médico Veterinário (Resolução CFMV nº 1138/2016):** Estabelece que o médico veterinário deve zelar pelo bem-estar animal, utilizando todos os recursos disponíveis para prevenir e tratar o sofrimento dos animais.

Além da observância das normas legais, é fundamental que os animais sejam expressamente incluídos nos planos de contingência para desastres, garantindo que suas necessidades sejam consideradas em todas as etapas da resposta.

Haja previsão orçamentária específica para a proteção dos animais em emergências, assegurando a disponibilidade de recursos para a implementação das ações necessárias.

A capacitação em Medicina Veterinária de Desastres e de Medicina de Abrigos – Medicina Veterinária do Coletivo – sejam priorizadas e incentivadas nos estados e municípios, garantindo que os profissionais estejam preparados para lidar com as complexidades do manejo de animais em situações de emergência.

3.9 Protocolo de resgate seletivo de animais em situação de desastres

Proposta de protocolo de resgate de animais:

Foi desenvolvido o Protocolo de Resgate Integrado e Seletivo de Animais em Situação de Desastres (PRISMA), inspirado no Protocolo de Resgate Seletivo para Abrigos (Polatto et al., 2023) e no Protocolo de Manchester (De Risco, 2010) (**Quadro 7**).

Objetivo do PRISMA:

- Estabelecer diretrizes claras para o resgate e cuidado de animais em desastres
- Priorizar intervenções com base na urgência e na capacidade de cuidado no local ou no abrigo

O PRISMA considera:

- Triagem estruturada em diferentes níveis de necessidade e intervenção
- Atendimento baseado na gravidade do caso e na necessidade imediata de resgate

Benefícios do sistema:

- Evita superlotação dos abrigos
- Prioriza o resgate de animais em condições críticas
- Orienta o monitoramento local para casos fora de risco imediato

Ferramentas recomendadas:

- Registro dos animais por microchip
- Localização por GPS
- Envolvimento da comunidade no apoio aos casos menos graves

Pontos de atenção:

- Treinamento das equipes é essencial
- Alinhamento entre todos os envolvidos evita falhas de comunicação
- Atuação estruturada, ética e adequada aos recursos disponíveis

Quadro 7 – Proposta de Protocolo de Resgate Integrado e Seletivo de Animais em Situação de Desastres (PRISMA).

Cor	Nível de Urgência	Critérios de intervenção para animais	Ações
Vermelho	Emergência	Risco iminente de morte ou sofrimento extremo.	Resgate imediato e transporte para instalações de cuidados intensivos. Tratamento médico-veterinário urgente.
Laranja	Muito Urgente	Condições sérias que podem se deteriorar rapidamente sem intervenção.	Resgate prioritário para cuidados médicos. Fornecimento de suporte nutricional e abrigo temporário seguro.
Amarelo	Urgente	Vulneráveis, mas estáveis, que podem se beneficiar de intervenção.	Avaliação para possível resgate.
Verde	Pouco Urgente	Não apresentam risco imediato de vida em condições estáveis.	Fornecer suporte nutricional e abrigo no local. Ler o microchip ou chipar e registrar a localização do animal (GPS);
Azul	Não Urgente	Saudáveis ou que não apresentam risco de vida - manter em seus locais originais.	Manter no local com monitoramento, suporte nutricional e abrigo adequado. Ler o microchip ou chipar e registrar a localização do animal (GPS);

3.10 Elementos organizacionais para a gestão dos abrigos

A gestão eficaz de abrigos em situações de desastre exige uma estrutura sólida, articulação entre os diversos setores envolvidos e uma resposta que combine agilidade com rigor técnico. Para garantir o sucesso dessa empreitada, é fundamental observar os seguintes elementos organizacionais:



Checklist Organizacional

O primeiro passo é definir claramente a autoridade técnica e administrativa do abrigo, estabelecendo quem será o responsável pelas decisões e pela coordenação das atividades. Em seguida, é crucial nomear responsáveis para cada área-chave da operação, como sanidade, bem-estar animal, logística, comunicação e segurança. Por fim, a estrutura do abrigo deve ser flexível e adaptável, ajustando-se ao número de animais acolhidos e à complexidade da situação.



Definição de Funções

Cada membro da equipe deve ter funções claramente definidas, compatíveis com sua formação e experiência. É imprescindível contar com médicos-veterinários experientes em medicina de abrigos, capazes de lidar com as particularidades do manejo de animais em emergências. É necessário formar equipes dedicadas à triagem, manejo, alimentação, limpeza, segurança e registro dos animais.



Objetivo do Abrigo

O objetivo primordial de qualquer abrigo deve ser garantir a segurança, saúde e o bem-estar dos animais acolhidos. Para isso, é essencial priorizar a biossegurança, implementando medidas rigorosas de prevenção de doenças e controle sanitário. O abrigo deve promover estratégias de reunificação dos animais com seus tutores e, quando isso não for possível, facilitar a adoção responsável.



Seleção do Local

A escolha do local para a instalação do abrigo é um fator crítico para o sucesso da operação. O local deve estar situado fora da zona de risco, em uma área segura e protegida. A estrutura deve ser adaptável, permitindo a separação dos animais por espécie, sexo, condição de saúde e comportamento. O local deve ser acessível para as equipes, os voluntários e os suprimentos. É recomendável utilizar locais previamente mapeados nos planos municipais e estaduais, como escolas, ginásios e galpões.



Autoridades Envolvidas

A gestão do abrigo deve envolver a coordenação de diversos serviços, como os de saúde, defesa civil, zoonoses, meio ambiente e proteção animal. É fundamental que todas as autoridades envolvidas participem de todas as fases da operação, desde o planejamento até a desmobilização.



Cooperação Intersetorial

A articulação entre o poder público, as ONGs, as universidades e o voluntariado é essencial para o sucesso do abrigo. Essa cooperação permite a mobilização rápida de profissionais, insumos e infraestrutura, conforme previsto nos planos de emergência.



Participação Intersetorial

Para garantir o funcionamento adequado do abrigo, é recomendável contar com a participação dos seguintes atores:

- Defesa Civil
- Secretarias de Saúde, Meio Ambiente e Bem-Estar Animal
- Vigilância em saúde e zoonoses
- ONGs e protetores experientes
- Conselhos de Proteção Animal
- Voluntariado cadastrado e capacitado
- Comunicação Pública



Comunicação

A comunicação com o público deve ser contínua, transparente e técnica, fornecendo informações claras e precisas sobre o funcionamento do abrigo, os animais acolhidos e as formas de ajudar. É importante divulgar orientações sobre acolhimento, reunificação e guarda responsável, além de combater o abandono e estimular os lares temporários.



Gestão de Doações

A gestão das doações deve ser realizada de forma transparente e responsável, garantindo o rastreamento de todos os materiais, recursos financeiros e serviços doados. É fundamental manter o controle de estoque e realizar a prestação de contas de forma regular, seguindo protocolos que garantam o uso adequado dos recursos.



Coordenação Operacional

A coordenação das operações do abrigo deve ser ágil, permitindo uma resposta rápida à escassez inicial de recursos. É fundamental contar com planos adaptáveis que permitam o funcionamento eficiente do abrigo em diferentes cenários.



Suprimentos Essenciais

Para garantir o bem-estar dos animais, é imprescindível contar com suprimentos essenciais, como ração seca e úmida, água potável, caixas de transporte, gaiolas, medicamentos, vacinas e materiais de limpeza.



Planejamento e Treinamento

O planejamento é fundamental para o sucesso do abrigo. É essencial contar com planos de contingência que prevejam diferentes cenários e estabeleçam os procedimentos a serem seguidos em cada caso. É crucial investir no treinamento contínuo das equipes, garantindo que todos estejam preparados para lidar com as situações de emergência. A parceria com grupos de resposta e universidades pode fornecer suporte técnico e logístico valioso.



Recrutamento e Gestão de Voluntários

Os voluntários desempenham um papel fundamental na operação dos abrigos. É importante realizar o cadastro prévio dos voluntários, validar a inscrição ativa no CRMV dos veterinários e alocar os voluntários com base em sua formação e experiência.



Segurança Operacional

A segurança é uma prioridade em qualquer abrigo. É fundamental realizar o controle de acesso e o registro de entradas e saídas, monitorar as áreas comuns e garantir a segurança física da equipe. O apoio de agentes de segurança e a elaboração de planos internos de contingência são medidas importantes para garantir a segurança de todos.



Desmobilização e Transição

O encerramento do abrigo deve ser realizado de forma planejada e segura, garantindo a rastreabilidade de todos os processos.



Animais não reunificados

Para os animais que não forem reunificados com seus tutores, é fundamental realizar uma nova avaliação clínica e comportamental e encaminhá-los para adoção responsável ou lares temporários. É importante manter os protocolos de rastreamento e busca ativa das famílias que perderam seus animais durante a emergência, para aumentar as chances de reunificação.



Registro e Documentação

É fundamental arquivar o histórico completo de cada animal, desde o resgate até o destino final. A transparência, a auditoria e a prestação de contas são essenciais para garantir a confiança da comunidade e o uso adequado dos recursos.

3.11 Tipos de abrigo emergencial

A escolha do modelo depende da gravidade do desastre, do tempo de permanência, dos recursos disponíveis e do vínculo com os tutores.

TIPO DE ABRIGO			
Especificidades dos abrigos	Evacuação	Curta duração	Longa duração
Objetivo	Proteção emergencial para pessoas e animais	Acolhimento transitório até a solução definitiva	Suporte prolongado ao bem-estar animal
Tempo de permanência	Até 72h	Até 14 dias	Indeterminado (semanas a meses)
Características	<ul style="list-style-type: none"> Estruturas provisórias (escolas, centros comunitários). Abrigo básico, água, alimentação e primeiros cuidados. Operação sob risco controlado ou estabilizado. Triagem e encaminhamento posterior. 	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura segura e afastada da zona de risco. Abrigo, alimentação, higiene e atendimento veterinário. Serviços complementares: lavanderia, reunificação, transporte. Adaptação de escolas, galpões e centros esportivos. 	<ul style="list-style-type: none"> Estruturas fixas ou semipermanentes. Serviços ampliados: assistência médica, reabilitação, adoção. Áreas de recreação e enriquecimento ambiental. Controle de biossegurança e equipe técnica fixa.

Diretrizes fundamentais para uma contenção ética, legal e segura de animais:

- Contenção em caixas de transporte ou correntes: máximo 48–72 horas.
- Após esse período, exige-se estrutura adaptada.
- Estrutura física deve acompanhar a evolução da resposta ao desastre.

Configurações de Abrigos

Existem diferentes configurações de abrigos, que podem ser: exclusivamente para animais; com animais e tutores acolhidos em áreas separadas, mas próximas; ou do tipo coabitado, **em que tutores e animais permanecem juntos no mesmo ambiente:**

Abrigo Somente para Animais (AOS)	Abrigo Co-localizado (CLS)	Abrigo Co-habitado (CHS)
<ul style="list-style-type: none"> Gestão integral pela equipe técnica. Risco de não-reunificação: 5% a 10%. Ficha individual obrigatória. 1 cuidador para cada 10–15 animais. Veterinário no local ou de plantão. 	<ul style="list-style-type: none"> Animais e tutores próximos, mas separados. Cuidados básicos sob responsabilidade dos tutores. 1 cuidador para 50–100 animais. Reforço do vínculo humano-animal. 	<ul style="list-style-type: none"> Tutor e animal no mesmo espaço. Redução do estresse da separação. Rigor nos protocolos de higiene e segurança. Avaliação comportamental contínua.

O Quadro 8 apresenta diferentes situações de contenção dos animais, indicando os métodos considerados inaceitáveis de acordo com o tipo de abrigo e o tempo de permanência. Tais métodos são classificados como inaceitáveis porque proporcionam baixos níveis de bem-estar aos animais, enquadrando-se, conseqüentemente, como situações de maus-tratos.

Quadro 8 - Tipos de ABEM segundo o tempo estimado de acolhimento, finalidade e aceitabilidade dos métodos de contenção dos animais.

Tipos de ABEM	Duração	Finalidade	Contenção dos animais			
			Cães		Gatos	
			Acorrentados	Em caixas de transporte ou gaiolas	Em caixas de transporte	Gaiolas em salas fechadas
Abrigo de evacuação	Até 72 horas	Atender necessidades imediatas	Aceitável	Aceitável	Aceitável	Aceitável
Abrigo de curta duração	Até 2 semanas	Acolhimento temporário	Aceitável, mas deve mudar	Inaceitável	Inaceitável	Aceitável, mas deve mudar
Abrigo de longa duração	Até meses	Manter os animais até reunificação ou adoção	Inaceitável	Inaceitável	Inaceitável	Inaceitável

Encaminhamento dos animais

O destino/encaminhamento dos animais deve considerar:

1. Existência de tutor identificado: nesse caso, promover a reunificação com o tutor;
2. Ausência de tutor ou tutor ainda não identificado: promover a divulgação do animal; após o prazo legal estipulado, promover a adoção do animal;
3. Na dependência das condições de saúde e de comportamento dos animais, deve-se verificar outras opções de acolhimento, como Lares Temporários voluntários, Hospedagens em clínicas e hotéis.

O Quadro 9 apresenta um resumo dos tipos de abrigamento de animais em cenários pós-desastres, considerando a presença ou não do responsável pelo animal e a existência de identificação.

Quadro 9 – Situação do animal segundo o tipo de abrigamento.

Nº	Situação do animal	Tipo de abrigamento
1	Animal com responsável	Permanece com seu tutor em abrigo humano (<i>abrigo co-habitado</i>)
2		Permanece em local anexo ao lado do abrigo humano (<i>abrigo co-localizado</i>)
3		É enviado ao abrigo emergencial exclusivo para animais (<i>abrigo animal</i>)
4	Animal sem responsável e sem identificação	É enviado ao abrigo emergencial exclusivo para animais (<i>abrigo animal</i>)
5		É enviado a Lares Temporários previamente selecionados (<i>LTs</i>)
6		É enviado a Hotéis de animais previamente selecionados (<i>Hotéis</i>)

3.12 Estrutura Física e Operacional

Princípios Gerais

- Planejar com foco em saúde animal, controle de doenças, prevenção de acidentes e bem-estar comportamental.
- Segregar animais por estado clínico, idade, espécie, sexo e comportamento.
- Prever áreas de apoio logístico e gestão administrativa

Critérios para Escolha do Local

- **Segurança geográfica:** evitar áreas de alagamentos, deslizamentos e riscos ambientais.
- **Acessibilidade:** acesso fácil para veículos, equipes técnicas e voluntários, 24h por dia.
- **Espaço adequado:** metragem suficiente para separação física de subpopulações.
- **Proximidade de rotas de evacuação:** facilitar logística de transporte.
- **Condições sanitárias:** água potável, energia elétrica, ventilação e iluminação natural.
- **Locais pré-mapeados:** utilizar estruturas de contingência já previstas.

Áreas Essenciais

Zonas de Manejo Animal

- **Triagem e recepção:** admissão, avaliação clínica e classificação sanitária.
- **Quarentena:** animais recém-chegados ou suspeitos, isolados por 10 a 14 dias.
- **Isolamento:** manejo rigoroso de casos infecciosos, estrutura separada.
- **Ala de recuperação:** animais em pós-tratamento ou aguardando castração/socialização.
- **Área de adoção:** exposição segura de animais aptos para adoção.

Áreas de Apoio

- **Depósitos de materiais:** separados conforme risco sanitário (vermelho, amarelo, verde).
- **Depósito de ração:** local seco, ventilado, telado; subestações em cada ala.
- **Cozinha:** preparo de dietas especiais, com equipamentos exclusivos.
- **Lavanderia:** desinfecção rigorosa; idealmente separada por risco.
- **Área administrativa:** gestão de dados, prontuários, controle de adoções e devoluções.

Segregação e Fluxos Populacionais

- Avaliação clínica obrigatória na admissão.
- **Classificação:**
 - Saudável
 - Lesão/enfermidade leve ou moderada
 - Lesão/enfermidade severa
 - Doença infecciosa
- **Fluxo sanitário:**
 - Triagem Quarentena/Isolamento → Acompanhamento clínico → Liberação.
- **Quarentena e isolamento:** 5% a 10% da capacidade total.
- Ajustes nos prazos permitidos conforme recursos, com vigilância contínua.

Condições Estruturais e Ambientais Mínimas

- **Piso:** antiderrapante, lavável, com escoamento.
- **Ventilação:** natural e cruzada; uso de ventiladores se necessário.
- **Iluminação:** natural preferencialmente; suplementar com artificial.
- **Proteção climática:** coberturas contra vento, chuva e sol.
- **Barreiras físicas:** cercas ou grades para segurança.
- **Controle acústico e visual:** especialmente para felinos.
- **Ambientes de enriquecimento:** espaço para expressão de comportamentos naturais.
- **Temperatura ambiente:** entre 15,5°C e 26,6°C, com soluções adaptadas.

Gestão de Dados e Rastreabilidade

- **Cada animal deve ter um prontuário físico ou digital contendo:**
 - Data e local de resgate
 - Estado clínico e comportamental
 - Histórico de vacinação, vermifugação e castração
 - Evolução clínica
 - Dados de adoção ou devolução
- Digitalizar registros sempre que possível.
- Utilizar sistemas como [SinPatinhas](#) ou bancos de dados locais

IMPORTANTE:

- A infraestrutura é essencial, mas não suficiente.
- Protocolos claros e equipes treinadas são fundamentais.
- O manejo ético e a biossegurança devem guiar todas as ações.

3.13 Protocolos Necessários

Cada modelo de abrigo apresenta vantagens, limitações e exigências específicas. A escolha mais adequada deve levar em conta:

- O tipo e a magnitude do desastre;
- O tempo disponível para resposta;
- A infraestrutura acessível;
- O perfil da população atingida.

Independentemente do formato adotado, todos os abrigos devem operar com:

- Registro individualizado dos animais;
- Garantir sua rastreabilidade;

Abaixo, os principais protocolos a serem seguidos:

	Descrição
Admissão e registro dos animais	Triagem padronizada com avaliação clínica, identificação, desparasitação e registro completo (data, local, sinais clínicos, fotos).
Limpeza e higienização	Rotinas rigorosas, cronograma definido, produtos adequados, prevenção de patógenos.
Vacinação e controle parasitário	Vacinação precoce, antiparasitários internos e externos. Prevenção de surtos.
Manejo alimentar	Dieta conforme espécie, idade e saúde. Água limpa disponível. Higiene na manipulação.
Enriquecimento ambiental	Estímulos como brinquedos, descanso adequado, socialização e comportamentos naturais.
Socialização	Contato positivo com humanos e entre animais compatíveis. Avaliação prévia em casos de risco.
Manejo de doenças	Isolamento, diagnóstico rápido, tratamento, rondas, prontuários e protocolos claros.
Rastreabilidade	Prontuário informatizado, acessível aos setores. Comunicação e acompanhamento facilitados.
Reunificação com tutores	Verificação de vínculo com comprovantes, fotos, vídeos ou microchip. Priorizar devolução.
Adoção responsável	Triagem clínica e comportamental, vacinação, castração, termo de responsabilidade.
Lares temporários	Alternativa para animais saudáveis ou em recuperação. Seguir diretrizes e acompanhamento.
Dinâmica populacional	Controle do número e distribuição de animais por setor. Evita superlotação.
Castração cirúrgica	Antes da adoção ou reintegração. Previne abandonos. Eutanásia não é estratégia de controle.

3.14 Alojamentos de animais (recintos, baias, zonas de quarentena)

O alojamento adequado é fundamental para o bem-estar de cães e gatos. Diretrizes técnicas indicam parâmetros ideais de espaço, ventilação, enriquecimento e segurança. Porém, em emergências (como desastres ou surtos), adaptações são necessárias. Abaixo, o comparativo entre o ideal e o possível nesses cenários.

CÃES: Padrão recomendado (não emergencial)

Alojamento cães	
Padrão recomendado não emergencial	Adaptações viáveis em emergências
<ul style="list-style-type: none"> • Canis com espaço para corridas • Áreas separadas de descanso, alimentação e eliminação • Segurança: sem pontas, pregos ou riscos de ferimentos • Alojamento individual: <ul style="list-style-type: none"> • Pequeno porte: mínimo de 1,2 m² • Médio porte: até 5 m² por cão • Com solário: +1 a 2,5 m² • Alojamento em grupo: <ul style="list-style-type: none"> • 2 a 3,5 m² por cão • Até 15 cães por módulo • Área de lazer: mínimo de 4 m² por cão 	<ul style="list-style-type: none"> • Divisórias com paletes, grades ou lonas para delimitar espaço • Proteção de superfícies cortantes ou perfurantes, com espumas ou tecidos • Foco em segurança, descanso e estímulo físico mínimo • Inspeções diárias para corrigir estruturas danificadas • Recreação supervisionada em pátios, mesmo que breve

GATOS: Padrão recomendado (não emergencial)

Alojamento gatos	
Padrão recomendado não emergencial	Adaptações viáveis em emergências
<ul style="list-style-type: none"> • Espaço mínimo: 0,8 m² por gato (aumenta com o tempo de permanência) • Estrutura tridimensional: esconderijo, prateleiras, locais elevados • Áreas separadas: alimentação, descanso e eliminação • Alojamento individual: <ul style="list-style-type: none"> • Varia de 0,5 m² a 2,2 m² • Ideal mínimo: entre 0,75 m² a 1 m² • Alojamento em grupo: <ul style="list-style-type: none"> • 1,67 a 1,8 m² por gato Até 6 a 12 gatos por gatil • Solários recomendados: 3 a 5 m² adicionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Esconderijos com caixas de papelão, bacias ou engradados • Áreas verticais com estantes ou móveis reaproveitados • Arranhadores improvisados com papelão, sisal ou tábuas forradas • Minimizar sobreposição de áreas com rodízio de grupos • Redução de estressores: ruído, luz forte, contato com cães

Os Quadros 10 e 11 trazem uma proposta de tamanho de baias individuais e coletivas segundo o tipo de abrigo. Importante ter um modelo de metragem mínima para que o nível de bem-estar seja prioridade nos diferentes abrigamentos. Deve-se também considerar que é inaceitável a manutenção de cães presos em correntes e gatos em gaiolas nos abrigos de longa duração.

Quadro 10 – Proposta de tamanho de baias individuais e coletivas para cães segundo o tipo de abrigo.

Tipo de Abrigo	Baías cães	
	Individuais	Coletivas/cão
Abrigos de evacuação (até 72 horas)	0,8m ² a 2, m ²	1 a 2 m ²
Abrigo de curta duração (até 14 dias)	1,2m ² a 3,0m ²	2 a 2,5m ²
Abrigo de longa duração	Porte pequeno: 2,5m ²	Porte pequeno: 2,5m ²
	Porte médio: 4,0m ²	Porte médio: 4,0m ²
	Porte grande: 6,0m ²	Porte grande: 6,0m ²

Quadro 11 – Proposta de tamanho de baias individuais e coletivas para gatos segundo o tipo de abrigo.

Tipo de Abrigo	Gatis	
	Individuais	Coletivas/Gato
Abrigos de Evacuação (até 72h)	0,5 m ² a 1 m ²	1 m ²
Abrigos de Curta Duração (até 14 dias)	1,0 m ² a 1,5 m ²	2 a 2,5 m ²
Abrigos de Longa Duração	1,5 m ²	1,8 m ²

Mesmo com limitações, essas soluções simples ajudam a preservar a saúde física e emocional dos animais até que retornem aos seus lares ou sejam realocados com segurança.

3.15 Acolhimento e fluxo de cães e gatos em abrigos emergenciais

A admissão de cães e gatos em abrigos emergenciais exige triagem organizada, mesmo com recursos limitados, priorizando o controle sanitário e o bem-estar. Idealmente, o abrigo deve contar com áreas de quarentena e isolamento, mas, na ausência, animais doentes podem ser encaminhados a clínicas parceiras com supervisão técnica. A correta organização dos fluxos e o uso de fichas de triagem, identificação visual e prontuários com dados clínicos e de rastreabilidade são essenciais. Mesmo sem sistema eletrônico, planilhas simples garantem registros mínimos. Recomenda-se a criação de sistemas públicos integrados de prontuário eletrônico veterinário para otimizar a gestão e a resposta em situações críticas. Em seguida descreve-se a triagem clínica para a entrada de cães e gatos em ABEM, considerando que esses animais já passaram pela triagem emergencial, logo após o seu resgate.

3.15.1 Acolhimento e fluxo de cães no abrigo (triagem clínica)

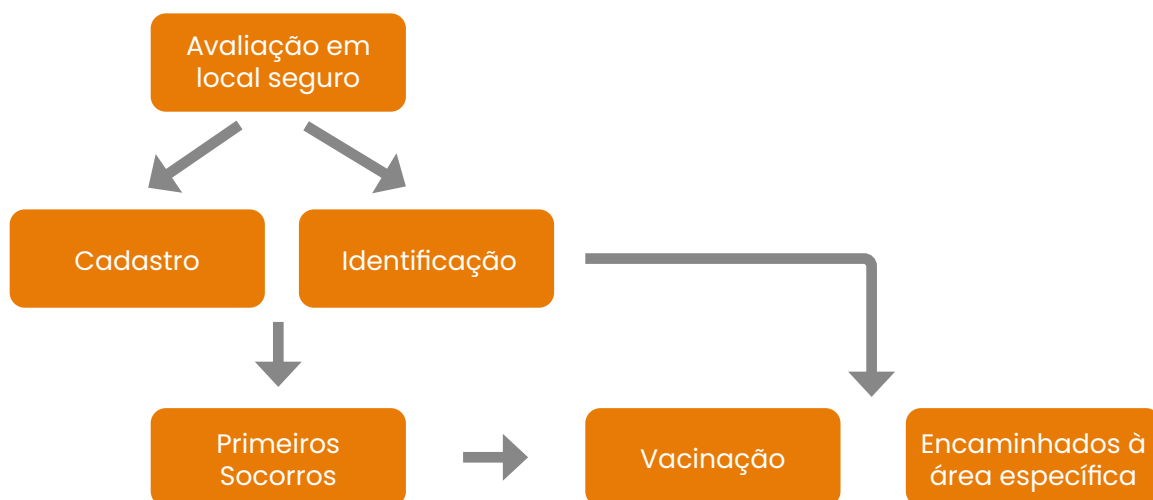
Na admissão de cães em abrigos, é essencial garantir identificação, registro completo e primeiros atendimentos veterinários, com foco na triagem clínica e na imunização. Cada animal deve ser avaliado por um médico-veterinário e classificado conforme seu estado de saúde, sendo então encaminhado à área apropriada (quarentena ou isolamento). O processo deve seguir protocolos padronizados para assegurar o bem-estar e o controle sanitário:

As principais etapas para o acolhimento dos cães em ABEM são:

- Recebimento com Ficha de Resgate e identificação sequencial (Exemplo: C-01, C-02...);
- Avaliação clínica imediata e classificação em 2 categorias saudáveis: (sem sinais de doenças infecciosas) e doentes (com sinais de doenças infecciosas).
- Testes rápidos (ex.: cinomose, parvovirose) e complementares conforme necessidade;
- [Registro fotográfico](#), microchipagem e preenchimento das fichas clínicas;
- Administração de vacinas (V4, V8 ou V10 + antirrábica) e antiparasitários (preferência spot-on) para todos os animais, incluindo os doentes;
- Se for o caso, encaminhar para terceiros com todas as fichas, incluindo Ficha de LT

3.15.2 Acolhimento e fluxo de gatos no abrigo (triagem clínica)

No acolhimento de gatos em abrigos, é fundamental considerar o fluxograma de triagem clínica:



3.15.3 Fluxo de cães e gatos em abrigos emergenciais

Ao chegar no abrigo, os animais devem passar por uma avaliação clínica e comportamental, com a abertura de prontuário individual. Eles devem ser registrados e identificados, preferencialmente com microchip e coleira com plaqueta (gatos, com coleira elástica para segurança). Imediatamente, recebem vacinas, desverminação e tratamento contra ectoparasitas. Animais com sinais de doenças infectocontagiosas são encaminhados para **isolamento**, enquanto os demais seguem para quarentena. No isolamento, os animais ficam até o fim do período de transmissibilidade da doença, sendo então transferidos para a **quarentena** para monitoramento adicional.

A quarentena é essencial para evitar a propagação de doenças, com seu tempo variando conforme fatores como histórico sanitário e dinâmica populacional do abrigo. Em locais com baixa prevalência, de 7 a 10 dias podem ser suficientes, mas em abrigos emergenciais, o período deve ser estendido e o monitoramento reforçado. Para garantir a saúde dos animais e da equipe, protocolos de biossegurança são fundamentais (figura 16).

Principais etapas no fluxograma

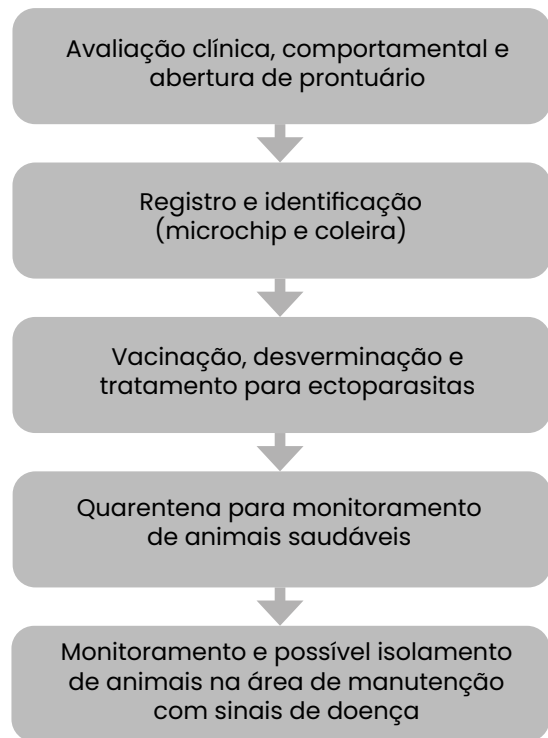


Figura 14 - Fluxo de ingresso de animais no abrigo de acordo com a presença ou ausência de sinais de doenças infecciosas.



3.16 Rondas e monitoramentos

Em abrigos emergenciais, onde há grande rotatividade de animais, infraestrutura provisória e equipes muitas vezes reduzidas, as rondas diárias tornam-se uma ferramenta indispensável para monitorar a saúde, o bem-estar e a segurança dos animais de forma sistemática e organizada.

Essas rondas devem ser realizadas preferencialmente no início do dia, antes da limpeza e alimentação, para facilitar a detecção de alterações ambientais e comportamentais. Mesmo em estruturas provisórias, é possível adaptar a rotina com foco na prevenção de agravos, rastreabilidade e resposta rápida a situações críticas.

Objetivos da ronda

- Monitorar o estado geral dos animais e das instalações;
- Identificar sinais precoces de doenças ou sofrimento;
- Avaliar as condições ambientais e estruturais;
- Atualizar registros e alinhar as ações da equipe.

As rondas devem incluir

- Avaliação de fezes, urina e limpeza do ambiente;
- Identificação da área de eliminação e sua distância em relação à cama e à área de alimentação e água;
- Checagem das condições gerais do recinto (odor, limpeza, ruídos);
- Verificação da documentação fixada na gaiola ou baia;
- Inspeção da condição física dos animais (secreções, condição corporal, lesões);
- Observação do estado comportamental e mental (postura, reatividade, sinais de medo, apatia ou ansiedade);
- Avaliação individual dos animais alojados em grupo, como ninhadas.

Componentes da Ronda Diária

- **Inventário impresso dos animais:** usado para conciliar registros físicos e eletrônicos, rastrear movimentações e saídas (adoções, transferências, óbitos, eutanásias);
- **Lista de tarefas diárias:** permite o registro de preocupações e pendências observadas durante a ronda;
- **Cartões coloridos:** facilitam a sinalização visual de animais que requerem atenção específica;
- **Registro fotográfico:** fotografias de animais que demandam cuidados, devidamente identificados, para acompanhamento;
- **Cartões de identificação e pulseiras:** contribuem para a organização e rastreabilidade.

Avaliação da Ala Geral

- Verificação da segurança e funcionamento de portas, janelas e demais estruturas;
- Avaliação de limpeza, odor e temperatura ambiente;
- Funcionamento do sistema de ventilação (HVAC), quando presente, com inspeções regulares.

Verificação de documentação

- Conferência da consistência entre registros eletrônicos e informações físicas do animal (sexo, idade, peso, identificação);
- Verificação das datas de entrada e saída;
- Avaliação da documentação fixada na gaiola, evitando descrições negativas (principalmente se os problemas já tiverem sido resolvidos), pois podem desestimular adoções;
- Inclusão de fotografias e descrições atrativas para animais disponíveis para adoção.

Localização e Status dos Animais

- Verificação da localização física dos animais e sua correspondência com os registros;
- Avaliação da adequação do alojamento conforme o estado físico, comportamental e status de retenção do animal;
- Observação de sinais clínicos e confirmação de registro e tratamento adequado;
- Avaliação da segurança das instalações (ausência de danos que possam causar acidentes);
- Presença de itens básicos de conforto e bem-estar (esconderijos, cama, brinquedos, comida e água limpas);
- Adequação do ambiente ao tempo de permanência no abrigo (enriquecimento ambiental, interação, espaço suficiente).

Fluxo do Animal no Abrigo

- Verificação de contato com tutores, resgates ou adotantes;
- Acompanhamento de ações pendentes (castrações, exames, movimentações internas, liberação de quarentena);
- Identificação de barreiras à adoção e definição de estratégias como campanhas, embaixadores de adoção ou transferências.

Avaliação Individual do Animal

- Identificação de condições especiais (gestação, idade, comorbidades) e adequação dos cuidados;
- Verificação de dor, sinais clínicos e acompanhamento do tratamento;
- Atualização de vacinas e controle de parasitas;
- Observação de sinais de estresse e adoção de medidas para mitigá-lo;
- Atendimento a necessidades alimentares específicas;
- Avaliação do conforto geral e bem-estar (acesso a brinquedos, cama, contato humano, cuidados especiais).

Sugestões de Adaptação para o Contexto Emergencial

- Criar checklists resumidos por setor para agilizar as rondas;
- Fotografar irregularidades nos recintos e compartilhar em grupos internos de coordenação;
- Utilizar quadros visuais ou cartazes na área administrativa com status atualizado de cada animal (ex.: “em tratamento”, “pronto para adoção”, “em reabilitação”);
- Realizar, se possível, rondas duas vezes ao dia (início da manhã e fim de tarde);
- Em abrigos maiores, dividir a responsabilidade por setores ou revezar entre equipe e voluntários treinados.



Abaixo seguem fichas para uso nas rondas.

CHECKLIST DE RONDA DIÁRIA – ABRIGOS EMERGENCIAIS

Data: ____ / ____ / ____

Responsável pela ronda: _____

Setor/Ala: _____

Horário: Manhã () Tarde () Noite ()

1. CONDIÇÕES GERAIS DO RECINTO

Item	OK	Pendência	Observações
Portas e janelas funcionando corretamente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Ausência de danos estruturais perigosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Temperatura adequada e bem ventilado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Limpeza geral do ambiente (sem fezes, urina acumulada)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Cheiro desagradável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Presença de cama, brinquedo, esconderijo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Comedores e bebedouros limpos e acessíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

2. CONDIÇÃO DOS ANIMAIS

Item	OK	Pendência	Observações
Animal ativo e responsivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Postura e comportamento normais (sem sinais de medo, apatia, agressividade)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Condição corporal (sem emagrecimento acentuado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Ausência de secreções oculares/nasais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Sem ferimentos visíveis ou sinais de dor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Dentificação presente (cartão, pulseira etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Vacinação e vermifugação em dia (ver ficha)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

3. DOCUMENTAÇÃO E REGISTROS

Item	OK	Pendência	Observações
Informações na ficha atualizadas (nome, sexo, idade, status)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Registro de entrada e saída conferido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Registro fotográfico presente (se necessário)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Informações na ficha condizentes com o estado do animal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Sem descrições negativas desnecessárias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Vacinação e vermifugação em dia (ver ficha)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

4. SINALIZAÇÃO E FLUXO

Item	OK	Pendência	Observações
Uso correto de cartões coloridos (se adotado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Status atualizado na área administrativa (painel ou planilha)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Registro fotográfico presente (se necessário)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Castração/exames agendados realizados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Acompanhamento em curso de adoção, resgate ou quarentena	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

5. AÇÕES IMEDIATAS

Item	OK	Pendência	Observações
Há necessidade de atendimento veterinário urgente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Há necessidade de manutenção na estrutura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Algum animal requer isolamento imediato?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

3.17 Saúde, bem-estar, recuperação, reabilitação, ressocialização e reintrodução dos animais abrigados

Saúde e bem-estar animal em abrigos

Princípios fundamentais

- Priorizar saúde física, comportamental, emocional e ambiental.
- Adaptar cuidados conforme espécie, genética e histórico individual.

Desafios em ambientes coletivos

- Identificar sinais de estresse, dor e ansiedade.
- Observar fatores agravantes, como isolamento social e falta de estímulo mental.
- Reconhecer alterações comportamentais:
- Redução da atividade.
- Comportamentos estereotipados.
- Entender o impacto no bem-estar e na adoção.

Avaliação e monitoramento

- Avaliar condição física e comportamental na entrada.
- Realizar monitoramento contínuo.
- Ajustar o manejo conforme evolução individual. Estratégias em abrigos emergenciais
- Capacitar a equipe para cuidados básicos e identificação de sinais críticos.
- Implementar medidas simples:
- Estímulo ambiental.
- Separação adequada de grupos.
- Minimizar o estresse com recursos disponíveis.

Fases essenciais do manejo

- **Recuperação:** tratamento de lesões e doenças.
- **Reabilitação:** restauração do equilíbrio emocional.
- **Ressocialização:** reintegração com outros animais.
- **Reintrodução:** preparação gradual para adoção.

Objetivo final

Promover uma transição saudável e segura para novos lares.

Priorizar a qualidade de vida em todas as etapas.

3.17.1 Saúde e bem-estar

Avaliação contínua das condições físicas, comportamentais e emocionais, seguindo as **Cinco Liberdades e os Cinco Domínios**. Ações simples em abrigos emergenciais podem reduzir o estresse e aumentar as chances de adoção.

Pilares do bem-estar

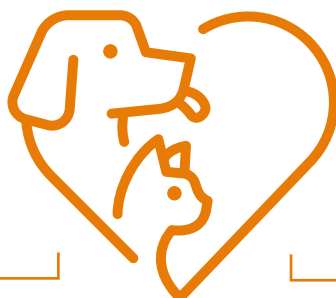
Enriquecimento ambiental:
recursos simples, música e contato humano supervisionado.

Nutrição adequada:
ração balanceada e água limpa.

Comportamentos naturais:
socialização, brinquedos, passeios e estruturas (para gatos).

Ambiente seguro:
abrigo contra intempéries e espaço para movimentação.

Saúde física e emocional:
prevenção, atendimento veterinário e manejo respeitoso.



Essas ações integram estratégias de recuperação, reabilitação, ressocialização e reintrodução, facilitando a transição para lares definitivos.

3.17.2 Manejo Reprodutivo

A castração cirúrgica é uma medida preventiva de controle populacional e, por isso, não deve ser priorizada na fase de resposta imediata a desastres, quando o foco deve estar em garantir segurança, saúde e bem-estar aos animais resgatados.

Nesse momento, o mais adequado é evitar acasalamentos indesejáveis por meio da separação de machos e fêmeas e da identificação de fêmeas gestantes ou lactantes para manejo específico.

A realização de castrações pode ser planejada para etapas posteriores, conforme as condições estruturais e de equipe permitirem, sempre com foco na prevenção de novas ninhadas e na promoção da saúde coletiva no médio e longo prazo.

3.17.3 Promoção da adoção e reencontro com tutores

Em situações de desastre, a ausência temporária do tutor não deve ser confundida com abandono. O reencontro entre tutores e seus animais é essencial para o bem-estar emocional de ambos e ajuda a evitar superlotação dos abrigos. Adoções imediatas devem ser evitadas, priorizando a estabilização clínica e a busca ativa pelos responsáveis. Quando não há retorno dos tutores após um período adequado, a adoção responsável passa a ser uma estratégia viável.

Boas práticas para reencontros e adoções

- Priorizar reencontro com tutores, utilizando microchipagem sempre que possível.
- Evitar adoções nos primeiros dias, respeitando o tempo de estabilização dos animais.
- Criar portfólios com fotos e informações essenciais de cada animal.
- Estabelecer parcerias com portais, projetos e mídias locais para ampliar a divulgação.
- Manter equipe (ou voluntários) para acompanhamento pós-adoção com base na Regra do 3-3-3 (3 dias, 3 semanas, 3 meses).
- Em caso de filhotes, incluir contatos aos 6 e 9 meses para prevenir problemas na adolescência.
- **Adotar protocolos básicos mesmo em emergências:** cadastro dos adotantes, triagem, avaliação e assinatura de Termo de Responsabilidade.

3.18 Classificação das áreas e organização dos fluxos

A estrutura interna dos abrigos deve ser organizada de acordo com o risco sanitário das atividades realizadas em cada ambiente. Adota-se, para isso, a classificação em áreas críticas, semi-críticas e não críticas, inspirada em práticas hospitalares de controle de infecções (Quadro 12). Essa segmentação permite o planejamento racional dos fluxos de pessoas, animais e materiais, reduzindo riscos de contaminação cruzada e promovendo biossegurança e saúde ocupacional.

Áreas críticas

onde há animais com doenças infectocontagiosas ou alta rotatividade de pessoas. Ex.: *isolamento, entrada principal, áreas de triagem.*

Áreas semicríticas

locais com risco intermediário, como quarentena e lavanderias compartilhadas.

Áreas não críticas

áreas administrativas ou de permanência de animais saudáveis.

Quadro 12 – Classificação das áreas em abrigos segundo o risco de transmissão de doenças infectocontagiosas.

Áreas	Graus de Risco	Exemplos
Crítica	Áreas de maior risco para a aquisição de infecções, devido à presença de animais com doenças infectocontagiosas e à manipulação constante de materiais com alta carga contaminante.	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento e todas as áreas ligadas a ele ou que animais com doenças infectocontagiosas utilizam ou que possam ter fluxo de ar compartilhado (ex: enfermaria, triagem, recepção). • Áreas com fluxo cruzado com o isolamento. • Locais onde materiais das áreas críticas são manipulados (ex: lavanderia, local de lavagem de comedouros, bebedouros, caixas de areia, aquecedores ambientais etc.), sem desinfecção adequada. • Enfermaria do isolamento. • Lavanderia do isolamento.
Semicrítica	Áreas de risco moderado a alto para o desenvolvimento de infecções ou transmissão de agentes infectocontagiosos. Ocupadas por animais que não apresentam doenças infectocontagiosas, mas que estejam em observação ou com suspeita de doenças.	<ul style="list-style-type: none"> • Quarentena e áreas conectadas (ex: enfermaria de atendimento dos animais quarentenados). • Áreas com fluxo cruzado com a quarentena. • Locais onde materiais da área semicrítica são manipulados (ex: lavanderia, lavagem de comedouros, bebedouros, caixas de areia, aquecedores ambientais), seguindo protocolos de desinfecção. • Enfermaria para animais da quarentena. • Lavanderia da quarentena.
Não Crítica	Áreas com animais saudáveis que não necessitam de cuidados intensivos ou de isolamento.	<ul style="list-style-type: none"> • Área de animais saudáveis sendo preparados para adoção ou já prontos para adoção. • Enfermarias para animais saudáveis. • Depósito de ração que não tenha fluxo cruzado de materiais ou circulação com as áreas semicríticas ou críticas. • Todas as demais áreas que não tenham contato direto ou indireto com materiais de risco.

Mesmo em abrigos emergenciais, recomenda-se a demarcação dessas zonas com barreiras físicas simples (tapumes, grades, lonas) e sinalizações visuais (cores, placas) para orientar os fluxos. Deve-se implantar o conceito de **fluxo unidirecional**: os animais devem ser admitidos por uma entrada única, seguir para triagem/quarentena e só depois acessar áreas comuns. Evitar o retorno a zonas anteriores é fundamental para contenção de patógenos.

A equipe (incluindo voluntários) deve ser treinada rapidamente para entender essa lógica e aplicar medidas básicas de biossegurança nas diferentes zonas.

Materiais Essenciais

A operação de um abrigo emergencial depende da disponibilidade de materiais mínimos para higiene, contenção, manejo clínico e administração. Sempre que possível, recomenda-se a organização de **kits de resposta emergencial** previamente montados. Os principais materiais incluem:

Higiene e Limpeza

- Equipamentos identificados por cor por zona (rodos, baldes, vassouras);
- Detergente neutro e desinfetantes (hipoclorito, amônia quaternária, clorexidina);
- Luvas, panos laváveis, sacos de lixo, inclusive para resíduos infectantes.

Manejo Animal

- Guias, coleiras, cambões, focinheiras, luvas de contenção;
- Caixas de transporte, baias, canis/gatis móveis;
- Comedouros e bebedouros preferencialmente de inox;
- Cobertores, papelão, bandejas higiênicas, areia para gatos;
- Identificação visual e leitores de microchip.

Saúde Animal

- Kit de primeiros socorros, termômetros, seringas, ataduras;
- Medicamentos e vacinas sob prescrição veterinária;
- Mesas para atendimento e materiais de contenção.

Registro e Gestão

- Prontuários (digitais ou físicos) com dados padronizados;
- Microchips, etiquetas, marcadores, pranchetas;
- Computadores com acesso à internet e impressoras.

Estrutura de Apoio

- Barracas/tendas, grades móveis, iluminação de emergência;
- Geradores e extintores de incêndio.

Rastreabilidade dos Animais

A rastreabilidade é essencial para reunificação com tutores, organização do abrigo e prestação de contas.

As principais estratégias incluem:

1. **Identificação na coleira ou em plaqueta:** com numeração única vinculada ao prontuário.
1. **Identificação visual emergencial:** como marcações com batom vermelho em situações críticas.
1. **Microchipagem:** obrigatória e registrada nos sistemas locais ou nacionais (ex. SinPatinhas).
1. **Identificação das baias/canis:** numeração visível e compatível com o sistema de gestão.
2. A adoção simultânea de métodos físicos e eletrônicos de identificação contribui para maior controle dos animais, organização operacional e rastreabilidade sanitária.

3.19 Desmobilização/saída

A desmobilização marca o encerramento ou a transição do abrigo emergencial para outra estrutura. O processo deve seguir um checklist específico para garantir segurança e organização.

Animais não reunificados com tutores:

- Adotar protocolos claros para animais não localizados.
- Reavaliar clinicamente, comportamentalmente e documentalmete, garantindo identificação e registro adequados.
- Caso o reencontro não seja possível, encaminhar para programas de adoção responsável, respeitando critérios técnicos e legais.
- Manter cuidados essenciais, vigilância sanitária e estratégias de divulgação para redes de proteção animal ou organizações parceiras.

Busca ativa e reconciliação devem ser mantidas por período determinado, conforme o plano de contingência local. Todo o histórico do animal (origem, tempo de permanência, condições clínicas e comportamentais) deve ser documentado e armazenado para rastreabilidade e transparência.

3.20 Composição e Dimensionamento das Equipes em Abrigos Emergenciais

A formação adequada das equipes é essencial para assegurar o bem-estar animal, a segurança sanitária e a efetividade da resposta em emergências. O dimensionamento deve considerar o número e o perfil dos animais, as tarefas diárias e a complexidade de cuidados.

1. Abrigos Exclusivos para Animais (AOS)

Estrutura recomendada:

- **Coordenador Geral do Abrigo:** supervisiona todas as operações e articula com o comando do desastre.
- **Coordenador Médico-Veterinário:** define e supervisiona protocolos clínicos e biossegurança.
- **Veterinários Clínicos:**
 - Triagem, vacinação, vermifugação, atendimentos e prescrições.
 - Proporção sugerida:
 - 1 para cada 40 animais saudáveis
 - 1 para cada 15 animais doentes
- **Equipe de Enfermagem / Auxiliares Veterinários: apoio clínico e contenção.**
 - Tratadores e Manejo:
 - Proporção sugerida: 1 para cada 30 animais

Responsáveis por alimentação, limpeza, observação e socialização.

- Tempo mínimo por animal/dia:
 - 5 min (limpeza) + 4 min (alimentação e água) = 9 minutos/dia
 - Recomenda-se adicionar tempo para enriquecimento ambiental e socialização.
- **Equipe de Higiene e Saneamento:** limpeza geral e uso seguro de produtos.
- **Equipe de Registro e Rastreamento:** identificação dos animais e banco de dados.
- **Equipe de Adoção e Reunificação:** comunicação, eventos de adoção e triagem de tutores.
- **Equipe de Apoio Logístico:** gestão de insumos, armazenamento e resíduos.
- **Voluntariado Supervisionado:** apoio sob orientação em atividades específicas.

2. Abrigo Co-Habitado (CHS)

Estrutura recomendada:

- Coordenador de Convivência Animal-Humano: media ocupação e conflitos.
- Educador Sanitário/Comportamental: orientação aos tutores e prevenção de acidentes.
- Veterinário Volante: visitas periódicas para avaliação clínica e emergências.
- Agentes de Biossegurança: monitoramento de EPIs e condições sanitárias.

3. Abrigo Co-localizado (CLS)

Estrutura recomendada:

- Supervisor de Abrigo Animal: coordena o espaço animal e o acesso de tutores.
- Veterinário de Plantão ou Sob Demanda: triagem, vacinação e emergências.
- Auxiliares Técnicos / Estudantes: apoio na triagem e orientação.
- Equipe de Monitoramento: controle de acessos, visitas e rastreamento.

Esse modelo pode ser adaptado conforme os recursos disponíveis, priorizando sempre o bem-estar animal, biossegurança e resposta coordenada. O envolvimento comunitário e parcerias institucionais são estratégicos para a sustentabilidade da operação.

Os quadros 13 e 14 abaixo trazem a relação de Equipes Transversais, comuns a todos os modelos apresentados, e o tipo de abrigo segundo responsabilidades do tutor, existência de veterinário fixo, tipo de biossegurança e nível de pessoal técnico.

Quadro 13 - Relação de Equipes Transversais, comuns a todos os modelos.

Função	Responsabilidade Principal
Equipe de Comunicação	Ações educativas, suporte à reunificação, interação com mídia e comunidade
Equipe de Apoio Psicossocial	Apoio emocional a tutores e equipes, prevenção de burnout
Equipe Jurídica/ Administrativa	Documentação, termos de responsabilidade, registro de adoções, interações com órgãos oficiais
Equipe de Transporte Animal	Resgate, evacuação, traslado entre locais seguros, retorno pós-emergência

Quadro 14 - O Tipo de Abrigo segundo responsabilidades do tutor, existência de veterinário fixo, tipo de biossegurança e nível de pessoal técnico.

Tipo de Abrigo	Cuidado é do tutor?	Veterinário fixo?	Biossegurança intensa?	Nível de pessoal téc
Exclusivo	Não	Sim	Sim	Alto
Co-localizado	Parcial	Sob demanda	Moderada	Médio
Co-habitado	Sim	Visita externa	Adaptada	Baixo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente frequência e gravidade dos desastres no Brasil e considerando que os animais de companhia fazem parte da família e estão presentes em mais da metade dos lares, é fundamental que os planos de gestão de desastres incluam medidas específicas para os animais. No Brasil, onde vivem milhões de cães e gatos, muitos em áreas de risco, é urgente a criação de um plano integrado que contemple ações de preparação, resposta e recuperação que envolvam também os animais.

As ações de preparação devem incluir o mapeamento, identificação e cadastro dos animais em áreas de risco, priorizando castrações, vacinação e desverminação. Além disso, é essencial a formação de voluntários, profissionais e a articulação com universidades e organizações da sociedade civil para garantir uma atuação eficaz em todas as fases do desastre. Treinamentos de evacuação e a definição de locais seguros para abrigar animais também devem fazer parte da preparação.

Durante a resposta a um desastre, recomenda-se que o estado coordene ações de busca, salvamento e acolhimento dos animais, integrando-os aos sistemas de alerta e às campanhas educativas. É necessário que os municípios estejam organizados para disponibilizar abrigos emergenciais, com padrões mínimos de estrutura, recursos humanos e responsabilidade técnica veterinária. Esses abrigos devem garantir saúde, segurança e bem-estar até que os animais possam ser devolvidos a suas famílias ou realocados.

Além disso, é fundamental que os abrigos emergenciais estejam alinhados com diretrizes técnicas e que os dados dos animais sejam reportados a um sistema unificado. A criação de normativas estaduais específicas, baseadas nas boas práticas apresentadas neste relatório, poderá garantir um manejo mais eficiente e sustentável dos animais em situações de desastre.

REFERÊNCIAS

ALUJA, A. S. **Los Animales en Desastres – Gestión de Riesgo**. 1ª Edição. Guadalajara, Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2017. Produto da XI Cátedra Nacional de Medicina Veterinaria y Zootecnia. 190p.

ASAR. **Animal Search And Rescue Training**. 2022. Disponível em: <https://asartraining.com/animal-search-rescue-training/> . Acesso em: 1 Abr. 2025.

AUSTRALIAN WILDILIFE CONSERVANCY ORGANIZATION. **Counting Threatened Mammals with Drones**. 2019. Disponível em: https://www.australianwildlife.org/news-andresources/news/counting-threatened-mammals-withdrones&sa=D&source=docs&ust=1744909808163494&usg=AOvVaw2m7zLrdEheoWM0EfCYag_b. Acesso em: 1 Abr. 2025.

CFMV. **Plano Nacional de Contingência de Desastres em massa envolvendo animal**. 2020. Disponível em: <<https://www.cfmv.gov.br/plano-nacional-de-contingencia-de-desastres-em-massa-envolvendo-animal/comunicacao/publicacoes/2020/10/05/>> Acesso em: 16 Abr. 2025.

DE RISCO, G. B. C.. **Sistema Manchester de classificação de risco: classificação de risco na urgência e emergência**. 2010.

FREITAS, D. MACENA, I. LUNARDI, P. PINTO, A. **As fases de resposta frente a um desastre ambiental envolvendo animais na visão médico-veterinária**. Grupo GRABH. Revista Clínica Veterinária. 2024. Disponível em: <<https://www.revistaclinicaveterinaria.com.br/opiniaomvdesastres/as-fases-de-respostafrente-a-um-desastre-ambiental-envolvendo-animais-na-visao-medico-veterinaria/>>. Acesso em: 1 Abr. 2025.

KATRINA. **Katrina + 5: An X-Code Exhibition**. Disponível em: <<https://southernspaces.org/2010/katrina-5-x-code-exhibition/>>. Acesso em 1 Abr 2025.

POLATO, H. Z.; NASCIMENTO, J. P. F.; MAUSSON, L. F. T.; GALDIOLI, L.; GARCIA, R. C. M. **Proposta de protocolo para resgate seletivo em abrigos de animais**. 2023. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional – REA– Recursos Educacionais Abertos UFPR).

SÃO PAULO. **Manual da Escola de Defesa Civil**. Disponível em: <https://escola.defesacivil.sp.gov.br/> , Acesso 1 Abr. 2025

WAP. WORLD ANIMAL PROTECTION. **Curso Prepvét (Programa para gestão e Redução de risco em desastres para proteção dos Animais)**. PRCEU-USP. 2019



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

O futuro nos une.